

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

LUDMILA BORGES DE ANDRADE

CARREIRA POLÍTICA E CAPITAL FAMILIAR NO BRASIL:
A PRESENÇA DA FAMÍLIA NA POLÍTICA, PARA OS DEPUTADOS E DEPUTADAS
FEDERAIS ELEITOS/AS, ENTRE 1986 E 2014.

Brasília
2019

Ludmila Borges de Andrade

CARREIRA POLÍTICA E CAPITAL FAMILIAR NO BRASIL:
A PRESENÇA DA FAMÍLIA NA POLÍTICA, PARA OS DEPUTADOS E DEPUTADAS
FEDERAIS ELEITOS/AS, ENTRE 1986 E 2014.

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência
Política (IPOL) da Universidade de Brasília
(UnB) como requisito à obtenção do título de
bacharel em Ciência Política.

Orientadora: Professora Dra. Danusa Marques
Avaliador: Professor Dr. Luis Felipe Miguel

Brasília
2019

AGRADECIMENTOS

Sou grata pelo sagrado que há em cada pessoa que passou pela minha jornada até hoje. Todos os encontros, todas as palavras e experiências trocadas, todas as vivências, todas as cores e formas. Cada olhar e cada toque, foram um ensinamento diferente e único. Cada conquista minha, carrega um rosto. Hoje eu sou a soma de tantos nomes, que nenhum agradecimento conseguiria abarcar.

Agradeço à minha família, por serem os melhores amigos e referências desse mundo. Sheyla, Lucas, Felipe, Marcelo, Amarilios, Irany, Cícero, Wander, Alba, Ana Carolina, Matheus e Fernanda: sem o apoio, sacrifícios e força de vocês, eu jamais teria alcançado qualquer vitória. Em especial agradeço à minha mãe Sheyla e ao meu pai Amarilio, sem ele/ela eu não teria sonhado até aqui. Com ele/ela dividi todos os meus medos, fraquezas, inseguranças, estresses, tristezas, dificuldades e colhi apenas a forma mais simples e verdadeira que já conheci até hoje, do amor. Obrigada por acreditarem tanto em mim e por todos os seus sacrifícios, saibam que todas as minhas conquistas são por vocês! Felipe, a você agradeço especialmente por ter me apoiado tanto na produção desse trabalho e pelo seu amor em todas as fazes da minha vida. Sua ternura e altruísmo, me fortificam.

Aos meus amigos do Marista que continuam na minha vida até hoje e que permaneceram dividindo tantos momentos únicos comigo, o meu muito obrigada. Encontrar alguns de vocês pelos corredores da UnB, foi como me reencontrar e saber que eu nunca estaria sozinha, independente da etapa que eu estivesse vivendo. Obrigada aos que me acompanharam de perto e também aos que se fizeram presentes, mesmo estando longe. O tempo e a distância são a prova do amor que há nos nossos laços.

A minha jornada na UnB não teria sido a mesma sem as três pessoas que, desde o primeiro semestre, foram essenciais em todos os meus passos: Vinicius, Ludmila e Beatriz. Todas as minhas experiências, lutas, aventuras, sorrisos e memórias, tem o rosto de vocês. Vocês me ensinaram e transformaram demais. Em especial, agradeço ao Vinícius Venâncio por todo o exemplo, apoio, carinho, motivação, ensinamentos, trocas e cuidado. Toda a minha trajetória e todas as minhas conquistas dentro da Universidade, tem a marca dele. Agradeço também a todas as pessoas que cruzaram meu caminho, enquanto cursei Ciências Sociais e depois enquanto cursei Ciência Política. Em sala de aula, em atividades ou até nos corredores, essas pessoas tiveram extrema importância na minha trajetória e me tornaram uma cientista

muito melhor. Seria impossível citar todos os nomes aqui, mas cada um sabe o quanto sou grata.

Durante minha trajetória na Universidade de Brasília, tive o privilégio de participar de espaços e projetos, que tiveram extrema importância para minha formação acadêmica, profissional e principalmente pessoal. Esses espaços me deram uma percepção nova de mundo e fizeram um ser humano muito melhor, agradeço então: às monitorias, ao coletivo político Dandara, à Consultoria Junior em Ciências Sociais, à Gestão Margarida Alves do Centro Acadêmico de Ciência Política e ao Grupo de Pesquisa Demodê. Sinto uma gratidão profunda e um amor sincero, por todas as pessoas que participaram desses espaços e projetos, com eles/elas aprendi mais do que em qualquer disciplina ou livro. Todos os nomes não caberiam aqui, mas vocês sabem o quanto mudaram a minha história e o quanto sou grata por ter conhecido cada um/uma de vocês.

Agradeço à Máires Barbosa e Natália Peronico, mulheres e profissionais incríveis, que eu tive o privilégio de conhecer e trabalhar durante o meu período de estágio no Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê). Mulheres que me fortaleceram, que acreditam em um mundo e em uma academia melhor. Com elas todas as dificuldades pareciam pequenas, todos os dias eram mais alegres e todas as trocas eram totalmente transformadoras. Agradeço também aos/as professores/as doutores/as que coordenaram o grupo Demodê, por todos os ensinamentos e suporte. Vocês construíram um espaço de saber e de trocas únicas, dentro da Universidade de Brasília. Sou grata especialmente ao professor Dr. Luis Felipe Miguel, ao professor Dr. Thiago Trindade e a Professora Dra. Danusa Marques, por toda a sabedoria compartilhada, por todo o apoio e principalmente por terem me acompanhado de perto, por terem acreditado em mim como pesquisadora, aluna, monitora, pessoa e profissional. Agradeço acima de tudo, por sempre exigirem que eu desse o meu melhor e me darem suporte para isso.

À minha orientadora e Professora Dra. Danusa Marques, agradeço por todo o apoio que me deu durante toda a graduação. Para além do trabalho de conclusão de curso, ela me orientou em literalmente todos os meus passos na Universidade de Brasília. Com ela aprendi muito dentro e fora da sala de aula. Danusa, obrigada por ter acreditado e me apoiado em todas as minhas etapas e em todos os meus sonhos. Você me enxergou, se dedicou, confiou em mim e me encorajou, isso mudou toda a minha trajetória. Obrigada por ter exigido tanto de mim, por ter feito que eu desenvolvesse habilidades e forças que eu não imaginava ter. Espero um dia, ser uma mulher e profissional, tão forte como você.

Durante o meu último ano de graduação, fiz intercâmbio e cursei Sociologia na Universidade do Porto, em Portugal. Esse último ano mudou a minha vida em todos os sentidos. Agradeço à Universidade do Porto e a todos/as os/as profissionais e alunos/as que eu tive o privilégio de conhecer. Sou grata por todos/as que cruzaram comigo durante esse período e nessa cidade tão especial, por todas as trocas feitas e pelo pedaço de mundo que eu conheci em cada um de vocês. Agradeço principalmente à Victoria Franco e Ana Paula, que me falaram sobre o mundo e me ensinaram a vive-lo com outros olhos. Com elas, descobri que sou muito mais forte do que imaginava, que qualquer desafio é pequeno perto da força e da coragem que habita em mim. Agradeço também ao Mateus Reis e à Marcela Pedersen, por todo o encorajamento, apoio, trocas de conhecimento, sorrisos e amizade. Perto de vocês eu sempre me senti amada, destemida e invencível.

Agradeço à Universidade de Brasília, por todas as oportunidades, pessoas, memórias, momentos, histórias, espaços, vivências e trocas. Ali eu vivi todos os dias com amor e aprendi todos os dias algo novo. Ela é o meu espaço favorito no mundo e o meu maior desejo, é que um dia ela deixe de ser um espaço de privilégio e se torne um espaço de todos e todas. Espero que o conhecimento um dia, se torne livre, acessível e popular.

RESUMO

Através da discussão sobre carreira política e representação no Brasil, esse trabalho tem como objetivo, analisar a presença do capital familiar de deputadas e deputados federais eleitos no Brasil entre as eleições de 1986 e 2014. O capital familiar delegado é adquirido quando há parentes próximos que tenham ocupado ou que estejam ocupando posições de liderança política. O capital familiar oportuniza a introjeção prévia à entrada no campo político, ao proporcionar socialização política, familiaridade com o funcionamento do campo e vantagens competitivas. Assim, esse trabalho avalia os perfis e capitais dos/as candidatos/as que estiveram no poder durante o período de redemocratização política e econômica do Brasil, a fim de discutir a influência e impacto do capital familiar como recurso mobilizado por parlamentares em suas trajetórias e carreiras políticas. A análise dos dados mapeou a incidência do capital familiar durante a Nova República, nas trajetórias e carreiras políticas dos/as deputados/as eleitos para a Câmara dos Deputados, considerando também a relação deste capital com categorias de análise como: ocupação de cargos públicos eletivos ou não-eletivos, combinação com outras formas de capital, sexo, regionalidade e distribuição partidária. A pesquisa buscará então, compreender se e como a presença do capital familiar na composição da Câmara dos Deputados, entre os eleitos e as eleitas do período 1986-2014, interfere na dinâmica democrática brasileira e qual sua possível relação, ainda que indireta, com a reprodução de assimetrias e desigualdades já existentes no país.

Palavras-chave: Democracia; Representação política; Carreira Política; Câmara dos Deputados; Trajetória; Capital Familiar; Sub-Representação e Desigualdade.

ABSTRACT

Through the discussion on political career and representation in Brazil, this composition aims to analyze the presence of family capital of deputies and federal deputies elected in Brazil between the 1986 and 2014 elections. Delegated family capital is acquired when there are close relatives who have held or are occupying positions of political leadership. Family capital provides the opportunity for introjection prior to entering the political field, by providing political socialization, familiarity with the functioning of the field and competitive advantages. Thus, in order to discuss the influence and impact of family capital as a resource mobilized by parliamentarians in their trajectories and political careers, this composition evaluates the profiles and capitals of the candidates who were in power during the period of political and economic redemocratization of Brazil. The data analysis mapped the incidence of family capital during the New Republic, on the trajectories and political careers of the deputies elected to the Chamber of Deputies, also considering the relationship of this capital with analysis categories such as: occupation of elective public office or non-elective positions, combination with other forms of capital, gender, regionality and party distribution. The research will then seek to understand if and how the presence of family capital in the composition of the Chamber of Deputies, among the elected in the period of 1986-2014, interferes in the Brazilian democratic dynamics and what is its possible relationship, albeit indirect, with the reproduction of asymmetries and inequalities already existing in the country.

Keywords: Democracy; Political representation; Political Career; Chamber of Deputies; Trajectory; Family Capital; Sub-representation and Inequality.

SUMÁRIO

Introdução	9
Metodologia	11
Capítulo 1 - Democracia e representação: representatividade na Câmara dos Deputados brasileira.....	15
Capítulo 2 - O Capital Político e o Capital Familiar	25
2.1 Dinastias Políticas e Clãs Familiares	27
Capítulo 3 - Famílias na Política Brasileira: a Câmara dos Deputados, entre as eleições de 1986 e 2014.....	36
3.1 Famílias na Câmara dos Deputados Brasileira	36
3.2 Capital Familiar e Experiência Prévia	38
3.3 Presença de familiares na política e outros tipos de Capital Político	40
3.4 Capital Familiar e Gênero	42
3.5 Capital Familiar e Distribuição Regional	44
3.6 Capital Familiar e Distribuição Partidária	47
Conclusões	51
Referências Bibliográficas	55

INTRODUÇÃO

O Brasil é uma república de grandes dinastias familiares. Os clãs familiares estão presentes em todas as instâncias de poder. Eles ocupam espaços públicos em níveis municipais, estaduais e tendem a ascender, atingindo esferas políticas de nível nacional, como o caso do Congresso Nacional brasileiro ou até a Presidência da República. As dinastias políticas e os clãs familiares são um fenômeno político cultural no Brasil e no mundo, não são um fenômeno recente. Como aponta Oliveira Vianna (1987), o Estado e as instituições políticas brasileiras, no seu fundamento, sempre contaram com a presença de clãs, sejam eles feudais, parentais ou eleitorais. Essas dinastias familiares detêm a concentração de diferentes poderes e vantagens distintivas, se instituindo, dominando e oligarquizando um sistema que deveria ser democrático e igualmente permeável a qualquer indivíduo.

A perpetuação de dinastias políticas prejudica os processos de seleção de candidaturas, reduz a possibilidade de concorrência, restringindo os perfis dos indivíduos potencialmente eleitos, como apontam Arthur Bragança, Claudio Ferraz e Juan Rios (2015). Em vista desses fatores, esse trabalho busca analisar a influência e o impacto da origem familiar, como recurso mobilizado pelas/pelos parlamentares eleitos entre 1986 e 2014, em suas trajetórias e carreiras políticas. O primeiro capítulo, se constrói sobre a temática de democracia e representação. Discute-se quais são as incompatibilidades e contradições entre os princípios democráticos e os mecanismos representativos, pontuando-se como estas, comprometeram esses sistemas políticos e como elas vêm desencadeando crises em diferentes democracias de Norte ao Sul. O capítulo trata também sobre a reação conservadora, um fenômeno da última década, de nível global e extremamente forte e atual no contexto brasileiro. Todos esses acontecimentos trazem à tona questionamentos sobre os limites e o esgotamento dos sistemas democráticos representativos, liberais e ocidentais. Apresenta-se também neste capítulo como a teoria pós-democracia, que vai além da discussão sobre a privatização do poder político, se torna útil para explicar como as democracias estão sendo degradadas por suas próprias práticas, instituições e discursos (BALLESTRIN, 2018).

Ainda no primeiro capítulo, discute-se o caráter aristocrático e distintivo das eleições e sua incompatibilidade com o princípio fundamental de igualdade, da democracia. Apresenta-se como o sistema representativo reproduz assimetrias e desigualdades estruturais. Desenvolve-se também uma discussão teórica que permite compreender o vínculo de algumas temáticas

primordiais para a discussão de representação e democracia, como: sistemas eleitorais, trajetórias, ambição política, recrutamento político partidário, carreira política, condições materiais e organizativas, padrões de desigualdade, barreiras e impasses à inserção de minorias no campo político e sub-representações. Por fim, discute-se a importância e maneiras para garantir a presença e atuação de diferentes perfis e perspectivas dentro da esfera política.

No segundo capítulo são expostos os conceitos *campo*, *capital político* e *habitus*, da sociologia de Pierre Bourdieu, considerando suas limitações e sua utilidade para a discussão e análise, das carreiras políticas e da representação. Discute-se principalmente o conceito de capital familiar. E, através da discussão sobre capital político e capital familiar, é feita uma análise de como se dá a presença histórica das dinastias políticas e dos clãs familiares no contexto brasileiro. A persistência de famílias no poder político ao longo do tempo é analisada também sob outros contextos, mostrando que ele não é um fenômeno exclusivamente brasileiro, como no caso dos Estados Unidos, das Filipinas e da Itália. Discute-se, assim, se as dinastias políticas afetam a legitimidade e qualidade da democracia.

No terceiro capítulo é feita uma análise da presença de políticos com família política na política, na Câmara dos Deputados, entre as eleições de 1986 e 2014. Examina-se como o capital familiar incide sobre os diferentes perfis de candidatura, isoladamente ou combinado com outros capitais e trajetórias, como se distribui por sexo e também como ele é distribuído regionalmente. Busca-se compreender se a presença do capital familiar interfere na dinâmica democrática brasileira e qual sua possível influência, ainda que indireta, no processo de reprodução de assimetrias e desigualdades já existentes no país.

Vínculos familiares potencializam e valorizam carreiras e candidaturas. Eles permitem que o indivíduo tenha familiaridade com o funcionamento do campo político, tendo acesso a recursos políticos, redes de contatos, cabos eleitorais, redes de apoio, financiamento de campanhas. A candidatura se torna mais atraente e competitiva, distinta. O poder e a socialização política são herdados juntamente com benefícios diversos. Sendo assim, esse trabalho busca avaliar os perfis dos/as candidatos/as que estiveram no poder durante a Nova República no Brasil, a fim de discutir a influência do capital familiar como recurso mobilizado por parlamentares, em suas trajetórias e carreiras políticas. A análise mapeia o poder, a perpetuação e a manutenção das dinastias familiares, observando como esses fatores incidem sobre a possibilidade de acessar posições políticas em uma democracia.

METODOLOGIA

Com o objetivo de analisar a presença do capital familiar de deputadas e deputados federais eleitos(as) no Brasil entre as eleições de 1986 e 2014, foi montado um banco de dados com informações relativas às respectivas trajetórias e perfis. Os fatores analisados seguiram a lógica dos dados examinados na pesquisa “*Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados*” elaborada por Luis Felipe Miguel, Danusa Marques e Carlos Machado (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015). Assim como os/as autores/as, foram considerados neste trabalho, aspectos como: sexo, região, partido político, capital político do próprio campo (cargos públicos ocupados previamente), capital midiático, capital econômico, liderança em sindicatos patronais, capital religioso, participação em movimentos sociais, liderança em sindicatos trabalhistas e o capital familiar.

O capital familiar resulta do pertencimento à uma rede política familiar, que tenha garantido a socialização política. O candidato ou candidata adquire prestígio, reconhecimento e contatos de familiares próximos que tenham exercido liderança e tenham atuado em espaços políticos institucionais. O capital político é adquirido no próprio campo, delegado de cargos públicos ou eletivos que tenham sido ocupados anteriormente a atual candidatura. O capital econômico está associado à detenção de propriedade ou vínculo gerencial que o/a candidato/a possa ter com algum grupo empresarial importante da sua região ou até fora dela. O capital midiático é disposto pelo reconhecimento e popularidade que o/a candidato/a adquiriu através de carreira em canais da comunicação, como através do trabalho jornalístico, ou atuação artística midiática. O capital midiático pode ser adquirido quando o/a candidato/a é proprietário de algum veículo de imprensa ou canal de divulgação (em uma combinação, portanto, com o capital econômico), assim como também pode ser adquirido através do esporte ou outros canais onde a imprensa torna o/a candidato/a publicamente conhecido. O capital religioso se resulta do vínculo do candidato com alguma religião ou organização religiosa, sendo considerado os casos onde o/a candidato/a ocupou posições de liderança ou posições significativas na hierarquia. Outras fontes importantes de capital político na trajetória dos deputados e deputadas são o envolvimento destes em: direções de sindicatos e federações trabalhistas, direções de sindicatos e associações de cunho patronal, participação e atuação em movimentos sociais e a atuação profissional anterior às eleições. Todos esses capitais, permitem uma formação de rede

de contatos e resultam em benefícios e vantagens materiais e simbólicas, principalmente quando somados e associados (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015). Sendo assim, esses capitais serão analisados conjuntamente ao capital familiar, permitindo compreender como os/as eleitos/as mobilizam esses diferentes capitais durante suas trajetórias políticas.

O capital familiar refere-se à presença de familiares na política, mas não aponta a origem e o receptor direto dos benefícios advindos do capital familiar. Todos os vínculos familiares foram mapeados e selecionados individualmente, considerando apenas casos reais de vínculo do/a eleito/a com outros indivíduos que tenham participado do campo político. A análise das redes familiares não foi feita pelo sobrenome. Essa forma de mapeamento seria inviável na realidade brasileira, considerando que no país há uma alta pluralidade de conjuntos e combinações de nomes, há indivíduos que mantêm o nome de solteiro e pessoas podem ter sobrenomes comuns sem obter nível de parentesco, o que poderia inviabilizar a pesquisa.

O banco de dados considerou as oito legislaturas, ou seja, os 4.068 mandatos. Em 1986, foram eleitos/as 487 candidatos/as. Na eleição de 1990 foram eleitos/as 503 deputados. A partir da eleição de 1994, até as eleições de 2014, 513 deputados/as foram eleitos/as em cada eleição. Pessoas que foram eleitas mais de uma vez tiveram todas as entradas contabilizadas. Considerou-se a listagem final de eleitos/as da Justiça Eleitoral, ainda que as pessoas eleitas tenham assumido ou não o mandato. Suplentes não foram considerados/as, ainda que tenham assumido e seguido o mandato. E os partidos foram identificados pelo momento da eleição, sendo assim, foram desconsiderados casos de mudanças durante os mandatos.

O universo da pesquisa desenvolvida aqui, compreende a Câmara dos Deputados e os/as candidatos/as eleitos/as para a compor, entre 1986 e 2014. O recorte temporal, considera um período histórico relevante, uma vez que engloba o fim da ditadura civil-militar no Brasil de 1964 a 1985, até as eleições de 2014. Esse recorte foi feito com a intenção de compreender e analisar como a presença das famílias na política se deu e incidiu na construção das carreiras políticas e nas trajetórias dos/as eleitos/as para a Câmara dos Deputados do Brasil, durante esse período de suposta busca de estabilidade e recuperação da democracia no Brasil –a Nova República.

Os bancos de dados das eleições de 1986 até 2010, fornecidos para a realização desse trabalho, foram elaborados e construídos por membros do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê) da Universidade de Brasília (UnB), sob coordenação do professor doutor Luis Felipe Miguel. O banco de dados das eleições de 2014 foi montado por mim e por outros/as integrantes do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê) da Universidade de Brasília (UnB), sob orientação da professora doutora Danusa Marques e do

professor doutor Carlos Machado, seguindo os mesmos parâmetros dos dados coletados sobre as eleições de 1986 até 2010. Os dados foram colhidos no repertório bibliográfico disponibilizado pela Câmara dos Deputados, no Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro e em outras fontes de acompanhamento parlamentar como: jornais, observatórios, sites particulares dos parlamentares. A coleta de dados mapeou a situação do/a deputado/a até o momento da eleição e o banco de dados foi montado, com base nas informações do resultado eleitoral. O software *Sphinx* foi utilizado para o armazenamento e tratamento dos dados, permitindo a construção de uma análise estatística descritiva das diferentes variáveis sobre a trajetória e carreira dos/as eleitos/as.

Infelizmente a coleta de dados não contou com a categoria de análise racial, que certamente contribuiria muito para a análise dos perfis dos/as candidatos/as eleitos/as. Como Luiz Augusto Campos e Carlos Machado (2015) apontam, os não-brancos são politicamente sub-representados no Brasil. Esse seria um componente essencial para que fosse feita uma análise realmente interseccional dos perfis dos candidatos/as eleitos/as para a Câmara dos Deputados entre 1986 e 2014. Dados de autodeclaração racial dos/as candidatas/os, foram fornecidos apenas nas eleições de 2014 pelo Tribunal Superior Eleitoral. Estes não foram fornecidos, entre as eleições de 1986 e 2010. Sendo assim, a ausência desses dados se deu pela dificuldade de coleta em totalidade. Estes são de difícil acesso e muitas vezes, ainda que oficiais, são coletados e elaborados com critérios questionáveis.

A escrita deste trabalho foi feita integralmente com linguagem inclusiva, considerando sempre separadamente os candidatos e as candidatas eleitas. Ainda que a escrita aparente estar repetitiva ou cansativa, a linguagem inclusiva é necessária uma vez que há distinções diversas entre a presença dos homens e das mulheres dentro do campo político. Como aponta Luis Felipe Miguel (2014), sem ela as relações de dominação masculina e a prevalência dos homens na esfera política seriam mascarados. Além disso, a linguagem inclusiva é uma alternativa e forma de resistência à maneira que a linguagem hegemônica coloca o masculino como representação genérica de todas as pessoas.

O trabalho foi composto por uma discussão teórica em articulação com o tratamento dos dados. Inicialmente discutem-se os limites da representação para o sistema democrático, em seguida os conceitos de capital político e capital familiar são trabalhados para que haja uma maior compreensão de quais são as vantagens competitivas de ter familiares no contexto e campo político. É debatida a origem das dinastias políticas e os clãs familiares no Brasil e como elas se dão até os dias atuais, dentro do contexto da Câmara dos Deputados. A análise dos dados será feita considerando a relação do capital familiar com categorias de análise como: ocupação

de cargos públicos eletivos ou não-eletivos, outras formas de capital, sexo, regionalidade e partido político. O trabalho tem por fim o intuito de compreender como o capital familiar incide e interfere na ocupação e política brasileira, considerando que este tem influência no processo de reprodução de assimetrias e desigualdades já existentes no país.

Capítulo 1 - Democracia e representação: representatividade na Câmara dos Deputados brasileira

O termo “democracia representativa”, apesar de aceito e de ser comumente utilizado, carrega uma tensão entre os sentidos que a palavra democracia e a palavra representação sugerem. Enquanto democracia é considerada como um ideal de igualdade política e social entre cidadãos, a palavra representação remete a diferenciação entre representantes e representados, sugerindo uma distinção entre aqueles que têm poder suficiente para tomar decisões e outros que apenas se submetem a elas (MANIN, 2010). O caráter democrático é comprometido quando a representação política se reduz apenas a um processo de autorização e transferência de poder para os eleitos. Sendo assim, o maior desafio da democracia representativa, é a redução dessa distinção de poder entre os representantes e os representados (MIGUEL, 2014).

A valorização da democracia tem se tornado um fenômeno quase universal, mas conjuntamente ocorre uma crescente desconfiança nas instituições representativas. É possível notar a contradição entre esses dois fenômenos, que nas últimas décadas do século XX vem comprometendo e atingindo novas e velhas democracias (MIGUEL, 2014). Na última década, diversos acontecimentos e eventos políticos aconteceram ao redor do mundo de Norte ao Sul. Esses acontecimentos trouxeram questionamentos sobre os limites dos sistemas democráticos representativos, liberais e ocidentais. Entre os principais eventos, podemos destacar: o plebiscito Inglês que apresentou a preferência pela saída do Reino Unido da União Europeia; a rejeição do referendo para acordo de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia; a eleição de Donald Trump para presidência dos Estados Unidos; no Brasil, a aprovação de um processo de *impeachment* aprovado mesmo com controversas sobre a acusação, seguido de destituição da ex-presidente reeleita, Dilma Rousseff (BALLESTRIN, 2018). Assim como a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência do Brasil e o acentuamento da força eletiva da extrema direita antidemocrática também na Itália, Hungria e Polônia.

Marcos Nobre (2018) aponta que a revolta conservadora também foi um evento e fenômeno importante na última década. No Brasil, o presidente Jair Bolsonaro se entende e se anuncia abertamente como líder de uma revolução conservadora. Ele não pretende se ajustar às instituições e se sustenta sobre o argumento de ser anti-sistêmico. A nova onda internacional conservadora se apresenta como um projeto de pretensões globais. Marcos Nobre (2018) salienta que o presidente Jair Bolsonaro faz parte desse projeto e se alinha aos ideais das novas

direitas que tem conseguido se eleger e governar em diversas partes do mundo, como: no Chile, nos Estados Unidos, na Itália, na Hungria. A nova onda conservadora atua com um *modus operandi* comum, apresentando como tática a pretensão de não governar para todos e um discurso anti-sistêmico. A estratégia perpassa por governar para a base eleitoral e social que elegeu o líder e que, mesmo não sendo a maioria, é grande suficientemente para sustentar o governo. A base eleitoral e social que mantém o governo e poder. Entre as táticas há também a produção de inimigos em momentos críticos, como em disputas políticas eleitorais, para que esses possam odiados e vistos através de uma perspectiva de aversão tão grande que seja suficiente para conseguir o apoio de novos indivíduos e a ampliação da base política eleitoral e social. A operação das instituições, de maneira disfuncional, tem permitido o avanço dessas lideranças que pretendem aprofundar a revolução conservadora. Essas lideranças são inimigas da democracia e representam uma forte ameaça para sua manutenção.

Luciana Ballestrin (2018) aponta que esses últimos acontecimentos foram marcados pela emergência desses discursos antidemocráticos, autoritários e anti-humanistas, realizados abertamente e sem constrangimentos. Esses discursos conseguiram legitimação popular através do voto, de partidos políticos e lideranças populistas. A autora afirma que esses acontecimentos permitiram que as instituições democráticas passassem a ser utilizadas para fragilizar, minimizar e romper com a própria democracia. A destruição dos princípios democráticos está acontecendo por dentro das próprias instituições democráticas. O esgotamento e limites da democracia liberal foram sinalizados desde a primeira década do século XXI, mas segundo a autora a discussão sobre a atual onda global de desdemocratização é essencial e permite que possamos entender um novo momento dos sistemas democráticos representativos liberais, como o caso brasileiro. Ballestrin (2018) aponta que o debate sobre pós-democracia permite considerar as relações, controvérsias e crises entre o neoliberalismo e a democracia, elucidando os diferentes contextos e as relações de dependência e subalternidade que marcam os vínculos de poder globais.

O debate sobre as contradições e limites entre democracia formal e capitalismo não é novo, ele aparece antes do debate sobre pós-democracia. Luis Felipe Miguel (2014) discorre sobre três evidências que sustentam o argumento da disseminação e intensificação da crise da representação política. Segundo o autor, nota-se: o declínio do comparecimento eleitoral, resultados de *surveys* que apontam o aumento na desconfiança sobre as instituições e por fim, o esvaziamento dos partidos políticos. O baixo comparecimento está associado a uma queda de legitimidade do sistema democrático e à recusa da população em participar nos processos políticos. Em 2016, os Estados Unidos apresentou um declínio significativo do

comparecimento eleitoral. Mas no caso estadunidense, esse fenômeno foi uma ferramenta manipulada como estratégia política nas eleições. As ausências e a não votação foram estimuladas, o que é preocupante e alarmante. A desconfiança nas instituições se vincula aos discursos antipolítica, muitas vezes também incentivados, implementados e motivados como ferramenta política pelo próprio governo ou candidatos. Como no caso brasileiro, pelo atual presidente Jair Bolsonaro, que construiu sua eleição e mantém em seu mandato através da disseminação de um discurso antisistêmico (NOBRE, 2018). O esvaziamento dos partidos políticos também é um fenômeno clássico no caso brasileiro. O sistema brasileiro apresenta uma tendência de fragmentação histórica. Na última década, o Brasil enfrentou uma relevante desestruturação e reorganização do sistema partidário -muitos partidos foram atingidos. Mas essas fragmentações não são um fenômeno recente, estas sempre estiveram presentes durante a Nova República.

A desconfiança nas instituições representativas, tem se tornado um fenômeno global e não está diretamente associado à área geográfica ou ao grau de consolidação das democracias eleitorais existentes. Trata-se principalmente das contradições entre os princípios democráticos e os mecanismos representativos, adotados pelas democracias eleitorais contemporâneas. As democracias eleitorais rompem com os princípios clássicos da democracia, uma vez que não há igualdade política entre os cidadãos e não há soberania popular. Em meio a essas contradições e como forma de remediar a crise de representação das democracias eleitorais, surge então a necessidade de propostas que possam revitalizar os mecanismos e instituições representativas. Propostas como cotas eleitorais para grupos subalternos, propostas de rotatividade e sorteio, propostas de mandatos coletivos, entre outras, elas surgem como uma forma de se discutir e reconfigurar o espaço político das democracias eleitorais. Essas alternativas surgem em meio a um cenário onde as promessas da democracia representativa além de não efetivas, são marcadas por uma realidade de fortes privilégios, elites políticas aristocráticas, pouca participação e poder dos cidadãos na arena pública e decisória (MIGUEL, 2014).

Democracia e processos eleitorais não estavam diretamente correlacionados no pensamento e organização política, até meados do século XVIII. O princípio de democracia se fundamenta na premissa de igualdade entre os cidadãos, enquanto o processo eleitoral ou um parlamento de representantes pressupõem um processo de seleção no qual indivíduos distintos, podem ocupar cargos públicos. A transferência formal do poder nas democracias representativas, ocorre principalmente por meio das eleições. Bernard Manin (2010) discorre sobre a democracia representativa e suas transformações, e aborda como o processo eleitoral

apresenta um caráter aristocrático e atua como um “*princípio de distinção*”, para a seleção de representantes. A eleição é considerada um mecanismo aristocrático que triunfou e se sobrepôs ao mecanismo de sorteio, típico do processo de seleção de representantes na democracia grega. Ellen Meiksins Wood (1995), ao discorrer sobre as instituições representativas, afirma também que elas não surgiram apenas como uma alternativa importante para os grandes Estados que diziam já não conseguir manter uma democracia direta, mas principalmente que foram pensadas e implementadas já com o propósito de reduzir a presença, participação e poder das camadas populares no governo -uma forma de privatização da política e de monopólio do poder. O governo, foi reservado propositalmente para uma elite política (MIGUEL, 2014).

A formalização da representação política se apresentou como uma alternativa necessária e um mecanismo inevitável para a coesão e organização social. Mas ainda assim, a representação apresenta muitas dificuldades e barreiras para que um regime democrático se mantenha realmente efetivo. Os regimes democráticos representativos, enfrentam desafios para manter seu caráter democrático, que vão além dos desafios já enfrentados por qualquer organização democrática, como: interesses individuais e suposta vontade coletiva, preferências e interesses dos indivíduos, manipulação de uma vontade coletiva e normas que generalizam preferências. Todos esses fatores apontam como a representação reproduz as assimetrias e desigualdades já existentes na sociedade e denunciam o caráter aristocrático, oligárquico, elitista e de distinção, presentes nas democracias representativas de tipo ocidental, como no caso do Brasil (MIGUEL, 2014).

A dinâmica de recrutamento e o perfil da maioria dos candidatos que conseguem ser financiados e eleitos no Brasil demonstram a predominância das elites no cenário representativo brasileiro e a marginalização e dificuldade de ingresso e ascensão de grupos subalternos no campo político (CAMPOS; MACHADO, 2015). O que, através da distinção social entre eleitores e eleitos -*princípio de distinção*- (MANIN, 2010), condiciona sub-representações de minorias, e intensifica o sentimento de não identificação do eleitor com os candidatos que ocupam as esferas representativas e decisórias (PHILLIPS, 1995). No caso brasileiro, os partidos têm uma estrutura pouco democrática, com domínios internos de oligarquias e são compostos majoritariamente pela elite brasileira (MIGUEL, 2015).

A composição do sistema eleitoral brasileiro, é composta por domínios internos oligárquicos, juntamente com uma lógica e desenho do aparelho estatal, que garantem um resultado elitista. A problemática vai além das regras eleitorais, atingindo uma composição maior. A sociedade é altamente desigual, havendo pouca chance de democratização da carreira política e uma alta concentração de redes de apoio e financiamento em perfis específicos. Listas

abertas são utilizadas para a Câmara dos Vereadores, Assembleias Legislativas e para a Câmara dos Deputados, gerando incentivos personalistas. Os partidos apresentam tendências oligárquicas, com controle centralizado e baixa democracia interna. E não há mecanismos efetivos de controle público e popular, em relação à elite política e a agenda governamental.

Jairo Nicolau (2007) aponta que no Brasil os governantes são eleitos através de um sistema proporcional e por votação majoritária. A representação proporcional é utilizada nas eleições para a Câmara dos Vereadores, Assembleias Legislativas e para a Câmara dos Deputados. Nas eleições para a Câmara dos Deputados, o autor destaca quatro aspectos característicos do sistema: a distribuição das cadeiras, as coligações, a lista aberta e a distorção que há na representação dos diferentes estados do país (NICOLAU, 2007). Esses fatores incidem sobre a fragmentação partidária, explicam os votos personalistas e a sub-representação das minorias. Para conseguir ser eleito/a o candidato/a precisa também vencer as barreiras impostas pelo próprio sistema eleitoral. Esses fatores contribuem para a prevalência de assimetrias e discriminação quanto às minorias no campo político.

Sendo assim, o caso da Câmara dos Deputados brasileira, os conceitos de *campo* e de *capital político* da sociologia de Pierre Bourdieu (2007) são instrumentos teóricos úteis e importantes para a discussão e análise, das carreiras políticas e da representação, considerando a multiplicidade de trajetórias possíveis em um campo político, que é desigualmente permeável aos recursos retidos pelos indivíduos. A teoria dos campos se encaixa na discussão sobre carreira política por entender que, como desenho básico, os regimes competitivos eleitorais são hierarquizados. Os regimes não são igualitários e democráticos. Essa forma de análise se volta então, para a ação das elites. Os conceitos desenvolvidos por Pierre Bourdieu (2007) serão utilizados como base teórica e analítica, considerando que para esse trabalho, são categorias que permitem a compreensão do fenômeno que será exposto e desenvolvido. Mas ainda assim, é importante destacar que este modelo é construído, a partir de uma unidade de análise de agência individual, o que pode ser um problema ou um arranjo discutível, quando consideramos as estruturas e perspectivas mais organizativas dos partidos políticos. As estruturas e instituições existem, para além da agência individual.

O capital político é um modelo de capital simbólico, desigualmente distribuído na sociedade. Este depende do reconhecimento dos membros do campo político e pode ser dividido entre: capitais delegados, capitais convertidos e capital heroico. No Brasil, em regimes concorrenciais e nas democracias eleitorais contemporâneas, os candidatos competem por votos, sendo assim, a popularidade e a valorização dos seus perfis, pelos capitais retidos, contribuem para o reconhecimento no campo –perfis são valorizados por sua trajetória e pelos

capitais retidos, como: capital econômico, político, religioso, familiar, midiático, atuação em sindicatos ou movimento estudantil. Ainda que o voto não se converta em capital político de forma imediata, é uma ferramenta mínima de controle público, para a entrada no campo político (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015).

Nesse contexto de dinâmica eleitoral responsável pela seleção dos deputados que irão compor a Câmara dos Deputados brasileira, segundo a literatura sobre carreira política e recrutamento político (NORRIS, 1997; MATLAND, 2005; FOX e LAWLESS, 2012), no Brasil e também em outros países, os perfis considerados competitivos e distintos, serão basicamente os perfis socialmente já privilegiados e considerados de sucesso: homens, brancos e de classes superiores (CAMPOS; MACHADO, 2015). Para Richard L. Fox e Jennifer L. Lawless (2012), a decisão inicial de concorrer até o momento que os indivíduos surgem como candidatos/as a cargos eletivos se dá por diferentes motivações, vias e formas. Há diferentes perfis, trajetórias, papéis sociais, contextos sociais e barreiras que incidem sobre os custos de oportunidades de cada um desses indivíduos. Esses custos de oportunidade elucidam as ambições políticas dos indivíduos. Incidem sobre as vontades e a possibilidade de se auto selecionar, antes mesmo do recrutamento institucional. Eles desestimulam ou incentivam os indivíduos a concorrerem para algum cargo público. O cálculo de utilidade à ambição política é um elemento sociológico que vai além do individual, sendo resultado de um processo organizativo e de estruturas sociais que são permeadas de desigualdades (FOX e LAWLESS, 2012; LOVENDUSKI, s/d).

Essa lógica competitiva permeia as democracias concorrenciais. Indivíduos privilegiados estruturalmente, por serem socializados vendo a política e esfera pública como possível área de atuação, por obter mais recursos –financeiro, redes, apoio, tempo-, viabilizam a construção de uma carreira considerada competitiva e de sucesso. Apresentam assim, maior ambição política, mais interesse de ingressar no campo, maior chance de reconhecimento e estabilidade dentro dele, e apresentam a possibilidade de avanço nas hierarquias partidárias. Isso explica uma desvantagem estrutural de grupos subalternos no processo, uma vez que obterão uma quantidade menor de recursos, menor ambição política, sendo considerados menos competitivos e consequentemente, tendo sua candidatura desvalorizada pelos partidos, por assumir maiores riscos na candidatura (ROHDE, 2012; FOX e LAWLESS, 2012). A posição social e a origem das lideranças partidárias refletem a tendência dos mecanismos de recrutamento político a favorecer as classes superiores e privilegiadas da sociedade, ainda que cada partido selecione e privilegie frações específicas dessas classes superiores. Sendo assim, a manutenção dos mesmos perfis (GAXIE, 2012), a capacidade de monopolizar cargos e a

tendência de profissionalização no campo político demonstram o caráter oligárquico das democracias eleitorais contemporâneas e a redução da pluralidade de posições sociais, perspectivas e interesses, nos espaços de tomada de decisão como a Câmara dos Deputados brasileira. Sendo assim, essa dinâmica incentiva a perpetuação e fundamentação de desigualdades sociais estruturais e de padrões de concentração de poder nas democracias eleitorais contemporâneas, como no caso do Brasil (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015) (MIGUEL; BIROLI, 2011)

A possibilidade de ação política dos grupos subalternos é reduzida pela combinação de elementos simbólicos e materiais, que são considerados também grandes obstáculos para o aprofundamento da democracia. Esses obstáculos são produzidos e reforçados por desigualdades: de classe, gênero, raça, sexual. A representação política, realimenta em seu sistema esses padrões de desigualdade, o que acarreta na dificuldade que grupos subalternos têm de ocupar esferas deliberativas e de se fazer representar em espaços formais ou informais –como na Câmara dos Deputados brasileira– contribuindo consequentemente para a reprodução e perpetuação desses padrões. Assim como Luis Felipe Miguel (2014) aponta, a desigualdade vai além de grupos que se diferenciam. Ela revela assimetrias no controle de recursos, que incidem sobre: as trajetórias dos indivíduos e coletividades, padrões estruturais e também sob as relações de dominação, onde torna possível que grupos dominantes bloqueiem ações autônomas e ganhos, de outros grupos. A desigualdade de classe e as assimetrias quanto à obtenção e controle dos recursos materiais privilegiam alguns representantes brasileiros e lhes dão capacidade maior de se destacar e interferir nas disputas políticas –financiamento de campanhas, informações disseminadas, vantagens vinculadas à sua riqueza, influência na composição da agenda–, privado e dificultado a mobilização de outros (Cf. MIGUEL, 2014, pp. 299-301).

Para que um indivíduo ingresse na carreira política, além das condições individuais, há também fatores de condição material e organizativa. É necessário que o indivíduo tenha interesse em participar da política institucional (condição individual) e tenha acesso a recursos necessários (materiais e organizativos), esses fatores incentivam, desmotivam e possibilitam, a tentativa de ingressar na carreira política institucional e na participação política em esferas informais. Marlise Matos (MATOS, *s/d*) discorre sobre o conjunto de obstáculos e barreiras às eleições das mulheres ao Legislativo brasileiro, mas esse modelo pode ser útil para compreender também os impasses à seleção e inserção de diferentes grupos subalternos no campo político. Ela faz essa separação em três níveis que atuam de modo simultâneo e inseparável: o nível micro, o nível sociológico e o nível político filosófico. O nível micro

englobaria os elementos de determinação individual e subjetiva dos indivíduos a concorrerem ou desenvolverem ambição por um cargo político. O nível da interação sócio-política, envolve o âmbito social até o plano institucional e político, as assimetrias de poder para participação e atuação política. Por fim, o nível político, filosófico e epistêmico, retrata dificuldades e barreiras no plano institucional e formal, barreiras colocadas pelas regras e jogo político e partidário.

Claus Offe (1984), aponta o caráter de seletividade das instituições políticas no Estado Capitalista. Apesar do caráter de institucionalização do liberalismo, que afirma garantir livre e igual acesso ao mercado, e ao processo político, não há a produção de uma igualdade real. O sistema liberal, independentemente do seu caráter de institucionalização, produz e reproduz desigualdades sob vários fatores, classes e grupos, em favor do capital. Mesmo que haja igualdade perante as normas, na realidade há desigualdades persistentes e sistemáticas nos arranjos sociais capitalistas. Segundo Claus Offe (1984), a concepção de lógica da ação coletiva é edificada então, sob uma perspectiva neutra de interesses heterogêneos que bloqueiam e obscurecem a realidade de classes, as assimetrias de poder e desigualdade social, para além das concepções limitadas de mercado, mercadoria, liberdade de contrato, procura e oferta.

A partir da discussão levantada por Claus Offe (1984), apontada também por Luis Felipe Miguel (2014), é possível perceber a dependência estrutural do Estado quanto os investidores, que têm controle sobre as decisões - deputados atuando de acordo com os interesses do capital, visando a manutenção dos investimentos. As desigualdades de gênero e de raça, também afetam o funcionamento do sistema representativo brasileiro. Assim como deputados não heterossexuais, atacados de forma simbólica ou até física. Estas desigualdades vão além de aspectos apenas identitários, sendo reflexo de fatores estruturais de desigualdades e assimetrias. Elas se inter-relacionam e são cruzadas de forma complexa, dificultando inclusive a produção de interesses coletivos (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015; MIGUEL, 2014)

A reformulação do cenário político deve ir além da seleção de candidaturas, para que seja possível acabar com seu caráter oligárquico, essa reformulação deve alcançar também as dinâmicas do próprio campo, como as desigualdades de poder político que se reproduzem no próprio campo político. Hanna Pitkin (1967), apresenta um modelo de representação substantiva. Esse modelo pressupõe uma representação que buscaria ir além do processo autorizativo e alcançaria um sistema de controle dos representantes pelos representados, como uma forma de observação da atuação dos representantes dentro da esfera política, para além da própria composição do corpo político. Mas a representação substantiva não garante

pluralização e representatividade, a concentração de poder poderia continuar nas mãos de perfis estruturalmente privilegiados. A proposta de Hanna Pitkin (1967) ainda é muito limitada e não é suficiente. Ela se preocupa com a capacidade de controle popular em relação a agenda, mas de uma maneira ainda muito localizada no individualismo. Anos depois, com a retomada da crítica aos modelos liberais concorrenciais individualistas, o conceito de política de presença desenvolvido por Anne Phillips (1995), aponta a necessidade da pluralização e proporcionalidade, no sistema político e na atuação representativa. Seus apontamentos apresentam a necessidade de consideração dos grupos como sujeitos de direitos. Isso permitiria que houvesse de fato, a presença e atuação dos diferentes perfis e perspectivas dentro da esfera política. E mesmo que a qualidade de representação não esteja diretamente ligada à representação descritiva (YOUNG, 2000), a política de presença fortalece e reconstrói os mecanismos de controle e *accountability*, e incentiva a pluralização da representatividade (Cf. MANSBRIDGE, 1999). Há fragmentação das identidades para além da concepção única de classe e múltiplas posições até de um mesmo sujeito, que pode ter interesses diferentes e até antagônicos em alguns contextos (LACLAU, 1986[1983]), por isso é necessário que haja o diálogo para a articulação desses agentes coletivos, para formulação das suas preferências, sua auto-organização e mobilização (MIGUEL; BIROLI, 2011). Diferentes perspectivas de espaço social e agrupamentos políticos diferentes nas esferas deliberativas serão essenciais para a construção das identidades políticas e consequentemente das opções políticas, com caráter plural e democrático (MIGUEL, 2014; MARQUES; MESQUITA, 2016).

Ao longo do século XX, os autores elitistas Robert Michels, Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca, reivindicavam a especificidade da atividade política e a autonomia. O conservadorismo e a desconfiança quanto ao socialismo e à democracia foram primordiais para o desenvolvimento teórico do pensamento elitista. Nas duas primeiras décadas do século XX, a Teoria das Elites se caracterizou por seu caráter antipopular e cético. Leis gerais foram formuladas na tentativa de explicar e justificar as desigualdades e a discrepância entre uma minoria governante e uma maioria governada. Os autores Robert Michels, Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca, produziram respectivamente a Lei Férrea das Oligarquias, a de Circulação de Elites e da Classe dirigente, estas negavam a popularização da política. Ao longo do século XX, o Elitismo rejeitou a democracia e o Elitismo democrático a esterilizou. Posteriormente, Robert Dahl, ainda que sob uma perspectiva pluralista competitiva, foi o responsável pela volta do teor normativo democrático. Robert Dahl inicia suas produções teóricas sob uma perspectiva liberal-pluralista, mas posteriormente o autor passa por um rearranjo crítico e começa a considerar os constrangimentos e incompatibilidades entre uma economia livre de mercado e

a possibilidade de igualdade política, que é um princípio básico e a base para que um regime seja de fato democrático (BALLESTRIN, 2018).

Atualmente no Brasil, há um monopólio da representação e um agregado de interesses políticos partidários (BALLESTRIN, 2018). O que, combinado à uma busca de especialização dos representantes para a construção de uma carreira política profissional, corrobora com: o desenvolvimento de interesses particulares, diferentes das massas que os elegeram; com a manutenção e cristalização das elites no poder; com a não inserção efetiva de minorias às esferas decisórias; mantendo grupos tradicionalmente marginalizados sem força política e causando um engessamento da representação política (Cf. MILLS, C. Wright. [1956]; DAHL, Robert [1985]). Cotas e aleatoriedade nas escolhas dos representantes, também aparecem como meio de atingir objetivos que permeiam a intenção de aumentar: a representatividade mimética entre governados e governantes, a pluralidade de perspectivas e vozes nas esferas deliberativas, a força de grupos subalternos e marginalizados, a rotatividade de cargos para evitar a manutenção e cristalização de uma elite no poder. E ainda que a inclusão dessas minorias não pudesse ser garantida, a presença delas no campo político poderia permitir uma pluralização na representatividade. Objetivos esses que condizem com o princípio democrático. A dinâmica do campo, e os capitais, revelam estruturas de privilégio e de desigualdade na composição representativa, é necessário que as desigualdades sociais sejam combatidas, no campo político e social. Como abordado por Iris Marion Young (2000), os mecanismos adequados de representação devem envolver interesses, opiniões e perspectivas de diferentes grupos sociais nas esferas decisórias – o que se torna possível com um bom funcionamento da *accountability vertical* e instrumentos independentes que promovam a responsividade (MIGUEL, 2005; MIGUEL, 2015; MIGUEL, 2014). Um campo político preenchido por homens brancos, conservadores e ricos, que atuam em prol de outros homens brancos e ricos, não é uma democracia e não embarca todas os pontos de vista, realidades e demandas sociais. É uma aristocracia eleitoral.

Capítulo 2 - O Capital Político e o Capital Familiar

Pierre Bourdieu (2007), ao discorrer sobre a representação política, apresenta quais seriam os elementos para a teoria do campo político. O autor compreende por campo político, um campo onde há simultaneamente forças e lutas em constante disputa para a manutenção ou mudança das estruturas que mantêm o funcionamento deste campo. No campo os/as mandantes se relacionam e detêm os instrumentos de produção política e proximidade com as organizações, diferentemente dos mandatários. Esses instrumentos de produção política são distribuídos desigualmente entre os/as representantes e mandatários e o mundo social é representado de uma maneira distorcida, assim como as demandas e necessidades externas também. No campo político se gera a concorrência entre os seus agentes, assim se dão as problemáticas e efeitos que os/as cidadãos comuns não têm contato direto ou não participam do processo de produção, se tornando meros consumidores dos produtos e dos efeitos do campo.

As dimensões das esferas e unidades políticas, os entraves encontrados em cada forma e estrutura, assim como o número de cidadãos, são obstáculos para a governança. Esses obstáculos se intensificam quando não há instrumentos materiais, culturais ou tempo livre para que seja possível uma participação ativa no campo político. Sendo assim, o mercado da política nos regimes concorrenciais não é livre e popularmente acessível, ele obtém uma lógica oligárquica. E há uma crescente profissionalização e monopólio dos/as profissionais no campo. O campo se torna permeável aos que se ajustam ao funcionamento dele e às formas de percepção e expressão consideradas legítimas para uma atuação política. Há a imposição de uma lógica hierárquica, censuras, valores, incentivos específicos, meios de constrangimento e também de controle que surgem dentro do campo político e constituem o *habitus*. O *habitus* é como uma iniciação às barreiras e dinâmicas, que tornam possível dominar a lógica imediata do campo político. O *habitus* é o modo de operação, pensamento, atuação e desenvoltura, exigido para a participação no campo político, pressupõem uma preparação especial. É a bagagem e aprendizagem necessária para adquirir o *corpus* de saberes específicos, que se resultam e são e produzidos dentro do campo político (BOURDIEU, 2007).

O capital político proporciona vantagens materiais e simbólicas. É um capital simbólico, que surge através do reconhecimento e crédito dado pelos pares para um objeto ou indivíduo, por reconhecimento dos seus poderes. Sendo assim, o poder simbólico é o poder

dado e depositado pelo indivíduo que está sujeito a ele, naquele que o indivíduo crê que o deva exercer. É como um processo autorizativo. Esse capital e crença no poder de um indivíduo vêm por reconhecimento e notoriedade acumulada. A institucionalização e a delegação do capital político aumentam as vantagens de um indivíduo para a entrada e inclusive para a permanência deste no campo político. Quanto mais se avança e se atua no campo, maior será o empreendimento político, a possibilidade de permanência e a influência política do indivíduo. O capital político é distribuído de forma desigual na sociedade, depende do reconhecimento dos que compõem o campo político e se divide em: capitais delegados, capitais convertidos e capital heroico (BOURDIEU, 2007).

Os conceitos de *campo*, *capital político* e *habitus*, apresentados por Pierre Bourdieu (2007), são muito úteis para analisar a democracia representativa, as carreiras políticas e processos de seleção de candidaturas. Ainda que essa teoria se construa com base nas análises das características individuais dos agentes políticos, para compreender suas estratégias, e deixe de fora outras dimensões importantes para as democracias eleitorais contemporâneas como os partidos, que organizam o trabalho político. Sendo assim, para além da teoria de Pierre Bourdieu (2007), precisamos analisar também o nível mais organizativo do campo político. Apenas considerando de forma conjunta todos esses aspectos, podemos compreender o porquê de o campo político ser desigual para a permeabilidade dos indivíduos e como as trajetórias e os diferentes recursos retidos por cada indivíduo, influenciam na construção das suas carreiras e na possibilidade de inserção e manutenção deste indivíduo no campo político.

Em regimes concorrenciais, os/as candidatos/as competem e são eleitos/as através dos votos. Os votos são o mecanismo e a ferramenta essencial para a entrada ou permanência no campo político, mas não são convertidos em capital político imediatamente. O voto representa a aprovação popular, mas não é agente político e não confere capital político. Sendo assim, os capitais retidos pelos/as candidatos/as, contribuem para que haja reconhecimento no campo, popularidade e auxiliam na valorização dos seus perfis, facilitando a permeabilidade do campo para a entrada e atuação. A presença de familiares na política é um dos fatores que potencializa as candidaturas. As deputadas e os deputados que detêm parentes que já ocuparam ou que ainda estejam ocupando posições de liderança política, adquirem capital familiar e já estão socializados com o campo político. Vínculos familiares potencializam a ambição política, mobilizam redes comuns e recursos, tornando a candidatura mais atraente e competitiva. O capital familiar resulta da constituição dos clãs políticos, onde os integrantes são estimulados ou até constrangidos a ocupar espaços de poder, que foram ou ainda estão sendo ocupados por familiares (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015).

O capital familiar não é apenas o reconhecimento de um sobrenome famoso dentro da política e das instituições, ele permite perceber como a presença de familiares dentro do campo político incide e muda, toda a trajetória de alguém que o obtêm e que tende a entrar no campo político. A presença de familiares dentro do campo permite que haja uma socialização e um contato íntimo com as práticas políticas, proporciona e compartilha redes de contatos, redes de apoio, modos de financiamento, privilégios e vantagens que são passadas entre familiares. Através dele se adquire *habitus* e a família política forma o *corpus* (BOURDIEU, 2007), componentes que permitem que o indivíduo tenha familiaridade, conhecimento de saberes específicos e domine as lógicas do campo político. Candidatos/as que obtêm o capital familiar, apresentam vantagens comparativas – a articulação entre recursos materiais e simbólicos - e se tornam perfis mais competitivos. Candidatos/as dinásticos são candidaturas dotadas de privilégios e apresentam assim, uma chance maior de adentrar o campo político, ou seja, serem eleitos/as.

2.1 – Dinastias Políticas e Clãs Familiares

As dinastias políticas e os clãs familiares não são um fenômeno recente nas instituições e na política brasileira, são um fenômeno político cultural. Ao retomar o processo histórico do Brasil, podemos notar que o Estado e as instituições políticas brasileiras tiveram origem e foram construídas com características herdadas da nação portuguesa, incluindo práticas e marcas do seu sistema feudal. Oliveira Vianna (1987) discorre sobre como a herança desses clãs feudais e parentais acometeu na formação dos clãs eleitorais e inclusive nas alianças de partidos políticos.

As instituições e o Estado brasileiro inicialmente se fundamentaram sob uma política de clãs compostos por fazendeiros autônomos, sem coordenação e articulação, que protagonizavam os conflitos locais. No Segundo Império, através de uma força de ordem política e estratégia eleitoral, esses clãs parentais encontram a necessidade de mobilização e organização, e fundiram-se em dois grupos de autoridade e poder local: conservadores e liberais. Surgem então os clãs eleitorais e posteriormente a filiação aos partidos políticos. O código do processo de 1832 forçou o consenso entre os senhores rurais para a escolha e eleição de oficiais da Guarda Nacional, de juízes, vereadores e autoridades locais. Sendo assim, os clãs buscavam ocupar as vagas da sua localidade para ocupar espaços de poder na esfera pública e

permanecer atuando em prol dos interesses privados do seu clã. Além disso, o coronel e os chefes dos clãs eleitorais locais estavam em posição privilegiada e estratégica no apoio ao governo estatal, o que permitia que cargos fossem atribuídos a parentes e amigos. Esses clãs eram enquadrados dentro dos partidos nacionais, pelos governadores (ALMEIDA, 2011).

O coronelismo emana da guarda nacional. No império, o quadro da guarda nacional era constituído pela nobreza local e o princípio de disciplina e obediência militar permitia que o senhor mais rico e poderoso pudesse se impor sob os clãs. Quando o coronelismo emerge, ocorre a fragmentação dos partidos em: partido do coronel e do partido do governador. Esse cenário ainda era marcado pela união de clãs parentais e, por um caráter aristocrático, estes visavam a exploração de cargos públicos locais. Para Oliveira Vianna (1987), a essência da formação política brasileira, se deu então, sob uma perspectiva de ordem e noções feudais. Os clãs feudais, rurais e parentais, por consequência do critério majoritário, deram seguimento aos clãs eleitorais e posteriormente aos partidos políticos, passando pela ordem política do coronelismo e se mantendo até a ordem democrática representativa (ALMEIDA, 2011).

Marie Brossier e Gilles Dorronsoro (2017) apresentam as dinastias políticas como um fenômeno hereditário, que permite a circulação e o repasse dos capitais e recursos dentro das famílias, expandindo-se para os espaços sociais e institucionais. A existência e resistência dessas dinastias, em diferentes sistemas políticos, refletem como o poder -material e simbólico- pode ser transmitido entre familiares. Além de componentes patrimoniais e do capital econômico, que são componentes de caráter material, há a conversão de capital político acumulado e capital familiar entre parentes políticos. A socialização dos herdeiros com o campo político facilita o contato e a apreensão do funcionamento do campo político e de competências políticas necessárias para a inserção e até para a permanência dos entes dentro do campo político. Esses capitais se convergem para diferentes espaços e esferas sociais.

Para José Marciano Monteiro (2016), a análise do capital político familiar e de sua força dentro do Congresso Nacional brasileiro explica a influência das dinastias e clãs políticos no acesso de uma parte significativa de às Casas legislativas. A acumulação e transferência de poder entre as redes parentais demonstra que a seleção e ascensão política divergem do princípio de isonomia ou meritocrático. As teias dinásticas foram construídas pelas famílias políticas e são capazes de camuflar processos históricos de dominação, por dinastias de herdeiros políticos que atuaram e se mantêm no poder político institucional.

As dinastias políticas e os clãs parentais marcaram, durante toda a história, diversos sistemas e organizações políticas. O poder é passado entre gerações, perpetuado como uma herança praticamente direta e não está vinculado necessariamente com a vocação dos

indivíduos, mas com a transmissão de patrimônios e também de elementos simbólicos – podem ser consequente dos elementos materiais, mas, para além disso, proporcionam vantagens, familiaridades em práticas ou espaços, canais, contatos, saberes, privilégios. As vantagens não são formais. Essas dinastias e clãs existem e se perpetuam no campo político, de forma explícita, como no caso brasileiro. Para existir, não precisam ser anunciados, socialmente aceitos ou serem institucionalmente instituídos. Essa prática perdura para além de sistemas monárquicos, atingindo outras formas de organização política, como no caso de democracias eleitorais.

Arthur Bragança, Claudio Ferraz e Juan Rios (2015), ao analisar dinastias e os/as prefeitos/as no contexto brasileiro, apontam que políticos com histórico de presença de familiares em cargos políticos afetam a qualidade do governo. Sua hipótese é de que se o país limita o grupo de candidatos que podem entrar na política, a qualidade do governo diminui à medida que a escolha dos líderes é feita sob um conjunto restrito de perfis. Políticos dinásticos gastam mais recursos em investimentos em infraestruturas urbanas, mas esses gastos não são revertidos em melhorias na economia, na qualidade, crescimento ou mudanças dos serviços públicos. As dinastias políticas afetam a legitimidade da democracia, a qualidade dos governos e das políticas promovidas. Os políticos dinásticos tendem a reduzir o bem-estar e qualidade governamental, uma vez que gastam mais recursos e não obtêm resultados efetivos. Esses gastos não resultam em crescimento econômico e de empregos, não melhora a infraestrutura urbana e não melhora a qualidade de serviços na área educação ou saúde. Políticos dinásticos tendem a ter incentivos para implementar políticas públicas que condicionem vantagens e que auxiliem na perpetuação do seu poder. Os achados dessa pesquisa indicam que os/as prefeitos/as dinásticos no Brasil têm um capital político que lhes consente a capacidade de desviar recursos e ainda serem considerados politicamente competitivos/as. Em comparação com eleitos/as não dinásticos/as, eles gastam mais recursos em políticas públicas de investimento em infraestrutura urbana, estrutura, saúde e saneamento, mas não apresentam resultados, ganhos e melhorias efetivas. Eles expandem os governos, gastando em infraestrutura, aumentando aluguéis e transferindo recursos para contratos governamentais ou patronais. Em países com instituições fracas, isso tende a gerar práticas de corrupção. Segundo Arthur Bragança, Claudio Ferraz e Juan Rios (2015), a perpetuação das dinastias políticas também prejudica os processos de seleção de candidaturas, reduz a concorrência, restringindo os perfis dos indivíduos potencialmente eleitos.

A legislação brasileira proíbe que parentes imediatos de políticos que estejam em exercício do poder nas posições de presidentes da república, prefeitos e governadores possam

sucedê-los/las. A legislação brasileira tenta limitar a herança do poder político e busca evitar também a autoperpetuação das dinastias políticas, mas existem lacunas e muitos/as representantes que delas se aproveitam para promover a continuidade ou a manutenção do poder por seus/suas herdeiros/as – principalmente em nível local. Bragança, Ferraz e Rios (2015) apontam a lacuna na legislação que permite que os parentes concorram para os cargos caso o familiar tenha se demitido seis meses antes da eleição. Muitos políticos se aproveitam dessa lacuna quando seus/suas familiares prefeitos/as ou governadores/as atingem o limite de tempo estipulado. No Brasil, o poder político persiste entre as famílias ao longo do tempo, assim como em outros contextos, como nos casos dos Estados Unidos e das Filipinas (Cf. Dal Bó et al. 2009 e Querubin, 2016) (BRAGANÇA, FERRAZ, RIOS, 2015). Ou seja, essa tendência não é só um problema das periferias do mundo, ou de regimes autoritários.

Ernesto Dal Bó, Pedro Dal Bó e Jason Snyder (2009), afirmam que as dinastias políticas estão presentes há muito tempo nas democracias eleitorais. A presença dessas dinastias, denunciam a distribuição desigual do poder político e refletem as imperfeições das democracias representativas. Ao observar as dinastias no Congresso dos EUA, os autores apontaram que os/as legisladores/as que detêm o poder por mais tempo se tornam propensos a ter parentes que consigam entrar futuramente no Congresso. O sistema majoritário adotado pelo país permite que o efeito do capital familiar incida de uma forma intensa sobre a capacidade de controle dos distritos. Na política, ter poder gera mais poder. Sendo assim, a prevalência das dinastias políticas revela a capacidade de autoperpetuação do poder político. Ainda que a política seja aberta para todos, obter laços familiares com pessoas que já estão na política confere vantagens variadas.

A autoperpetuação, segundo Ernesto Dal Bó, Pedro Dal Bó e Jason Snyder (2009), se dá como um efeito do poder político. Quando mais duradouro o poder político, maior a chance de que herdeiros/as também obtenham poder, independente de características ou habilidades pessoais que possam ser valorizadas pelos/as eleitores/as. Um mandato longo permite que o/a eleito/a acumule capital financeiro ou humano, reconhecimento, contatos com máquinas partidárias, redes de influência e isso é passado como um legado para seus/suas herdeiros/as políticos. Os políticos dinásticos herdam formas de capitais que são úteis também em níveis locais, uma vez que as conexões políticas locais são facilmente reconhecidas, assim como sobrenomes e nomes importantes em posições de destaque ou poder. E, ainda que a herança do poder na política seja antidemocrática, fira o princípio de igualdade de acesso aos diferentes cargos no poder ou comprometa a legitimidade representativa, nos processos democráticos esse fenômeno continua se mantendo.

É importante que haja dinamismo na composição da classe política. Os perfis sociais dos/as funcionários/as e detentores/as do poder político influenciam suas perspectivas, as políticas que implementarão ou como estes se portarão dentro do campo político. O estudo do fenômeno das elites políticas, desde o seu surgimento, já apontava que os regimes representativos eram vulneráveis ao surgimento e manutenção de tendências aristocráticas. Mosca (1966 [1986]), ao discorrer sobre a *tendência aristocrática* dos sistemas representativos, pontuou que ser da nobreza acarretava em notoriedade, no acesso de informações privilegiadas e contatos, ou seja, em elementos e ferramentas úteis para indivíduos que buscam poder. Segundo ele, sempre existem características socialmente valorizadas em cada regime e o capital familiar sempre foi importante para que o indivíduo aparentasse ter uma característica de valor. O capital político, se analisado pelos termos de Mosca, poderia ser qualquer característica que recaia sobre a realização política, sendo um talento bruto ou um capital humano que advém do processo de nomeação e reconhecimento. O poder aumenta o capital político que futuramente será transmitido entre familiares, apresentando caráter acumulativo. A concessão do poder político para diferentes perfis e grupos sociais condiciona a ampliação da representação política, o que seria o ideal para um sistema democrático. Para impedir o controle de acesso antidemocrático, que fere o princípio de igualdade de acesso à todos os cargos e instâncias de uma democracia, a competição política com multiplicidade de perfis se apresenta como uma alternativa, por sua capacidade de reduzir os casos de transmissão dinástica do poder político, dificultaria a manutenção dos laços e da manutenção da elite política (DAL BÓ; DAL BÓ; SNYDER, 2009).

O caso das dinastias políticas nas Filipinas é extremamente marcante e muitos estudos sobre esse fenômeno foram produzidos e podem servir de grande utilidade para a compreensão da presença de clãs familiares dentro das arenas políticas. O caso das Filipinas não é exatamente democrático, ainda que seja concorrencial. Rodrigo Duterte é o atual presidente do país, eleito detendo familiares na política. Mesmo antes de sua eleição, o contexto político do país foi historicamente dominado por dinastias familiares. Entre as principais dinastias Filipinas, podemos destacar: os Marcos, os Arroyo, os Aquino, os Estrada, os Singson. A família Marcos é um caso dinástico que se destaca, contando com o desempenho dos seus membros em diversas áreas da política e economia, há décadas, e em diferentes formas de regime político já vividas pelo país. Ferdinand Marcos por 21 anos foi presidente e ditador do país. Imelda Marcos, sua esposa, o acompanhou no mandato e permaneceu no campo político, mesmo após a queda da ditadura. Muitos membros da família, ocuparam e ainda ocupam cargos políticos. Nas Filipinas, as famílias são influentes na política em nível nacional e local. Essas dinastias

persistem por décadas e é comum que familiares estejam nos gabinetes de parentes eleitos, mantendo o controle, em todas as províncias e municípios. A constituição de 1987 tentou refrear o poder dessas dinastias políticas, mas não houve sucesso. Ela não conseguiu proibir, mas introduziu temas limites para todos os cargos eleitos. No nível municipal, um indivíduo só pode ser eleito, no máximo, por três vezes consecutivas. Mas acredita-se que isso tornou a política mais competitiva, já que agora as dinastias alternam os cargos, ainda que se mantenham no poder (LABONNE; PARSA; QUERUBIN, 2017).

No caso das Filipinas, as dinastias políticas acarretaram uma maior participação das mulheres na política. No entanto, mulheres não-dinásticas raramente obtêm sucesso em suas candidaturas. Há uma forte presença das dinastias políticas em nível local e nacional, e o sistema competitivo é clientelista. Quando parentes atingem os limites de prazo obrigatório, estabelecido pelo sistema político, muitas mulheres concorrem na tentativa de ocupar cargo anteriores de seus parentes e buscam garantir a permanência da família no poder. Esse fenômeno é um exemplo das possíveis estratégias adaptativas que as dinastias adotam na política. Nesse caso, essa estratégia auxilia a presença da representação feminina nas Filipinas. Mas a presença dessas mulheres no campo político não garante que essas implementarão políticas diferentes das promovidas por seus parentes, eleitos anteriormente. Ao contrário do caso das Filipinas, em outros países, com outros contextos eleitorais e regras, como países que adotam reservas ou cotas de gênero, mulheres que são eleitas tendem a aprovar políticas diferentes dos seus familiares e ocasionam maior participação política de outras mulheres. Como no caso brasileiro, que apresenta dados de capital familiar mais alto entre mulheres do que entre homens (MIGUEL, MARQUES, MACHADO, 2015). A forma com que as mulheres são eleitas demonstram o grau de autonomia ou da falta dela, para suas carreiras e afeta na capacidade de que representação descritiva se traduza em representação substantiva. Diferentemente das mulheres eleitas em outros países com cotas, as mulheres que são eleitas através de suas conexões familiares nas Filipinas tendem a não promover políticas ou atuar fora dos interesses de sua família, se distanciando muitas vezes do que é compreendido como a representação dos interesses, necessidades e preferências de outras mulheres (LABONNE, PARSA, QUERUBIN, 2017).

Pablo Querubin (2016) aponta que o acesso aos recursos públicos e aos mandatos, se tornam ferramentas importantes para que os/as representantes transmitam vantagens eleitorais para os seus/suas parentes, nas Filipinas. Essa vantagem transmitida entre os membros da família permite que essas famílias consolidem seu poder e tenham tendência a controlar gabinetes e cargos públicos simultaneamente. Um sistema político organizado sob dinastias

cria barreiras para a entrada no sistema político para outros/as candidatos/as que não tenham vínculos familiares. O campo político se torna estreito para um conjunto de interesses específicos dessas famílias e, assim, as elites políticas resistem ao longo do tempo. Deste modo, é importante notar que o poder político não se apoia apenas em fontes “externas” ao sistema político, como riqueza e propriedades de terra. Segundo Pablo Querubin (2016), o poder político *de jure*, adquirido e acumulado através do controle dos cargos políticos, também é imprescindível para o sucesso eleitoral de outros membros da família e para a perpetuação dessas dinastias políticas.

Julien Labonne, Sahar Parsa e Pablo Querubin (2017) apontam que os partidos políticos nas Filipinas são fracos e, como há um alto nível de confiança em membros das famílias, estas acabam se tornando unidades relevantes para a organização política. Como já mencionado anteriormente, as dinastias representam um importante papel dentro das organizações políticas e outros governos democráticos, para além das Filipinas. Os/as autores/as apontam que a relação entre dinastias políticas e acesso das mulheres ao campo político não é um fenômeno exclusivamente filipino e acontece em outros países, como: Estados Unidos, Argentina, Canadá, Austrália, Islândia, Finlândia, Índia, Japão, Nova Zelândia, Suíça, Noruega, Reino Unido e também no Brasil.

Benny Geys (2017), ao analisar o nepotismo e as dinastias familiares dentro do contexto italiano, afirma que estas induzem a uma má alocação dos recursos da política municipal do país. O autor aponta que redes sociais, como as de conexão familiar, são um ativo importante para o mercado de trabalho e auxiliam para progressões de carreira com rapidez – nas carreiras políticas e em outras áreas profissionais, também competitivas. Conexões informais são importantes e úteis para indivíduos que detêm habilidades e qualificações menores em relação aos pares do campo político. Nas democracias eleitorais, as eleições são a principal forma de seleção e alocação de posições políticas. Sendo assim, as conexões familiares são um atributo, fornecem um benefício substancial para que um/uma candidato/a consiga ser eleito/a e de fato ocupe um cargo no campo político. Políticos dinásticos aprendem com seus/suas antecessores/as políticos as práticas políticas, como identificar as prioridades constituintes, como elaborar e aprovar leis, como lidar com compromissos políticos, como se portar e atuar no meio político. Geys (2017) afirma que a presença e manutenção do poder das famílias políticas condiciona barreiras à entrada de candidatos/as não-dinásticos no campo político. Problemas de riscos morais também podem acontecer, pois políticos dinásticos tendem a reduzir seus esforços políticos por saber que já obtêm vantagem eleitoral e chances de reeleição, baseados na influência da presença familiar na política. Segundo o autor, redes de

conexões informais e familiares podem ser exploradas quando as instituições formais são fracas - caso clássico no contexto da Itália.

A presença de famílias traz diversas e fortes vantagens para quem concorre, gerando um controle centralizado e hierarquizado. Esses aspectos vão contra a ideia de que todos deveriam ter a possibilidade de acessar posições políticas em uma democracia. Sendo assim, a ampliação da representação e a alternância na composição da classe política são importantes para impedir que o poder político continue com tendências hereditárias e oligárquicas. Em uma democracia, o campo político precisa ser diverso, plural. Assim, evita-se que haja concentrações de poder, a perpetuação e a manutenção das dinastias. Para que o caráter democrático seja ampliado, a classe política deveria ser composta por perfis de representantes variados, de diferentes origens e realidades, com características distintas, com diversidade de trajetórias, perspectivas e interesses.

Na tentativa de compreender a magnitude, influência e o impacto do capital familiar na trajetória e na construção das carreiras políticas dos deputados e das deputadas no Brasil, analisarei os perfis que foram eleitos entre os anos de 1986 e 2014, para a Câmara dos Deputados. Assim como na pesquisa *“Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados”* elaborada por Luis Felipe Miguel, Danusa Marques e Carlos Machado (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015), para identificar a presença de uma família política foram considerados ascendentes e descendentes diretos, cônjuges, irmãos, sogros, tios, primos e sobrinhos. Também foram consideradas outras fontes de relação familiar, quando apresentadas com muita influência. As relações familiares consideradas, foram selecionadas e consideradas por se tratarem de relações que contribuíram para a construção das carreiras políticas, de pelo menos um dos indivíduos envolvidos.

Além da tipologia básica desenvolvida por Pierre Bourdieu (2007), de capitais delegados, capitais convertidos e capital heroico, serão utilizadas para análise, outras fontes de capital político identificadas e conceituadas anteriormente por Luis Felipe Miguel, Danusa Marques e Carlos Machado (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015). Essas fontes de capital serão analisadas em articulação com a presença de familiares no campo político, para que seja possível notar a influência do acúmulo dos capitais e como estes se articulam na construção das carreiras políticas. Dentre eles estão: o capital político, capital econômico, capital midiático, capital religioso, a participação em associações patronais, o envolvimento com sindicatos e federações de cunho trabalhista, a relação com movimentos sociais e a atuação profissional anterior à candidatura.

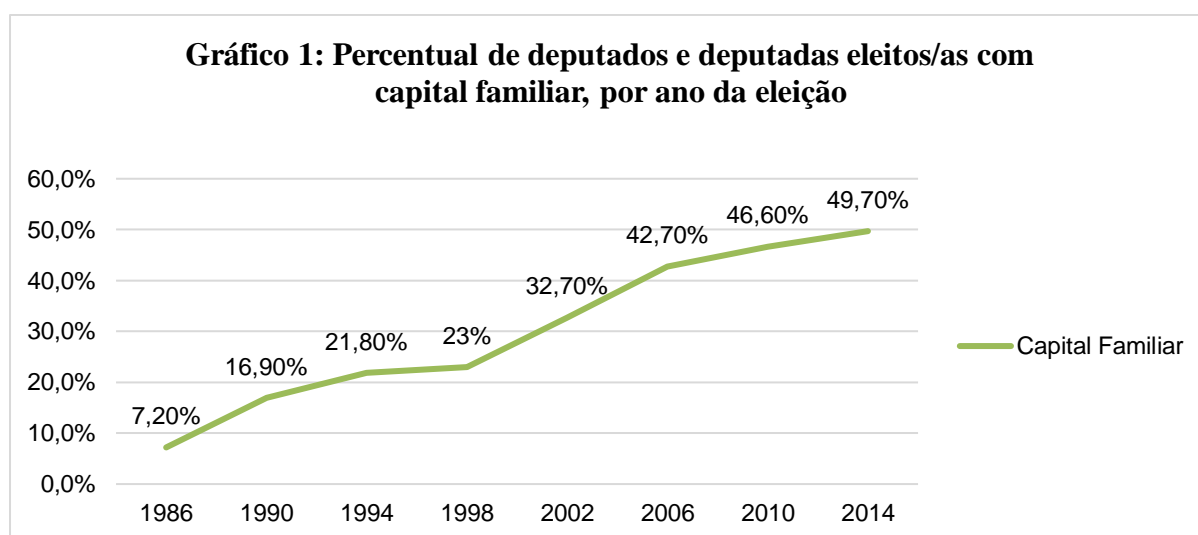
Ao analisar a presença do capital familiar de deputados e deputadas federais eleitos no Brasil entre 2002 e 2010, Luis Felipe Miguel, Danusa Marques e Carlos Machado (2015) apontam que houve um aumento de eleitos/as que apresentavam capital familiar. A distância entre homens e mulheres que detinham a presença de familiares na política capital familiar, diminuiu ao longo das eleições – o capital familiar se tornou mais incidente e importante também para os homens. Os autores e a autora, apontam que nas eleições de 2002 até 2010, o capital familiar não influenciou no exercício de cargos eletivos e não-eletivos anteriores às candidaturas. E entre os/as eleitos/as com capital familiar nas eleições de 2002 a 2010, houve maior concentração daqueles que possuíam também capital econômico e midiático. Além disso, verificou-se uma relação inversa entre capital familiar e capital proveniente de liderança sindical.

Luis Felipe Miguel, Danusa Marques e Carlos Machado (2015) indicam que ao analisar a distribuição da presença de capital familiar por região, o Nordeste apareceu como principal região de candidaturas com familiares na política, seguido do Centro-Oeste. Já a variação de deputados/as eleitos/as com capital familiar entre os partidos, revelou que entre as eleições de 2002 e 2010 houve um aumento de eleitos/as com presença de capital familiar pelos partidos, com exceção do PT que apresentou um aumento inferior ao dos outros grandes partidos e também com exceção de quase todos os partidos de esquerda. No próximo capítulo a análise de dados será feita, em articulação com as categorias de análise e com os resultados apontados por Luis Felipe Miguel, Danusa Marques e Carlos Machado (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015).

Capítulo 3 - Famílias na Política Brasileira: a Câmara dos Deputados, entre as eleições de 1986 e 2014

3.1 - Famílias na Câmara dos Deputados Brasileira

Em busca de compreender a incidência do capital familiar, nas trajetórias e carreiras políticas e como ele esteve presente nas candidaturas entre as eleições de 1986 e 2014 do Brasil, os 4.068 deputados/as eleitos/as foram analisados e todas as redes familiares foram mapeadas. O gráfico 1 aponta que a proporção de deputados/as eleitos para a Câmara dos Deputados entre 1986 e 2014, com capital familiar, aumentou ao longo dos anos. Entre as eleições de 1986 e as eleições de 2014, houve um aumento de 42,5 pontos percentuais, de deputados/as eleitos retendo o capital familiar. Nas eleições de 2014, dos 513 deputados/as eleitos/as, 49,7% dos/das deputados/as detinham a presença de familiares na política -o que representa praticamente a metade dos deputados/as eleitos/as. Esse crescimento aponta que o capital familiar tem se tornado cada vez mais importante para que um/uma candidato/a consiga adentrar e permanecer no campo político brasileiro.



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da pesquisa Carreiras Políticas e Representação no Brasil.

Obs.: (N) 1986 = 35; (N) 1990 = 85; (N) 1994 = 112; (N) 1998 = 118; (N) 2002 = 168; (N) 2006 = 219; (N) 2010 = 239; (N) 2014 = 255.

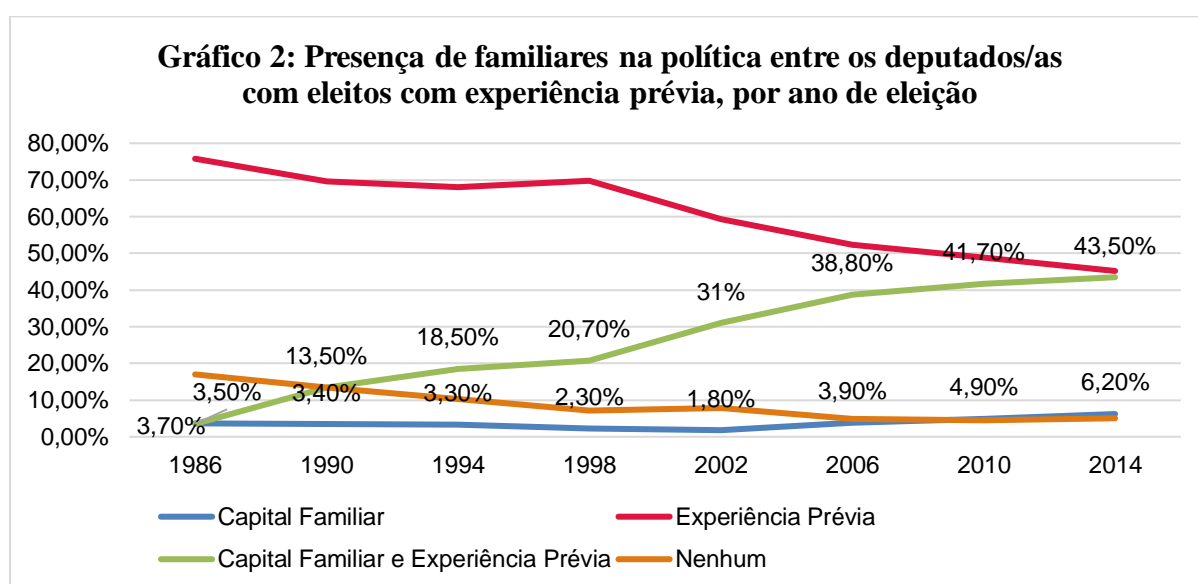
Obs.: A base para o cálculo é o total de deputados/as eleitos/as em cada ano de eleição.

O aumento, ao longo dos anos, da porcentagem de deputados/as eleitos/as que detinham a presença de familiares na política, representa a expansão das dinastias familiares dentro da esfera política. A presença de familiares no campo e todos os benefícios da herança política incidem sobre a permanência dos clãs familiares dentro da Câmara dos Deputados. E a presença das dinastias políticas e dos clãs familiares não são um fenômeno recente nas instituições e na política brasileira. A presença de clãs familiares é, de fato, um fenômeno cultural na política brasileira. Eles sempre existiram, mesmo que, nos anos 1980 não fossem tão expressivas no Congresso Nacional, como se tornaram até 2014. Este foi um momento de refundação do sistema político brasileiro e houve a oportunidade de emergência de novos atores -como no caso do surgimento do Partido Trabalhista. Mas ao longo dos anos, o sistema foi se acomodando a um desenho elitista. Nesse período, segundo Vanuccio Medeiros Pimentel (2014), eles se concentravam então, em níveis municipais e estaduais. Mas posteriormente, houve o aumento da sua incidência dentro do Congresso Nacional, o que demonstra que as famílias se instituíram em escalas maiores de poder. Entender se esses números representam novos clãs se organizando ou se são clãs antigos se reintroduzindo seria importante para compreender se esses clãs se mantêm ou se eles tentam se instituir cada vez mais dentro de diferentes escalas da esfera política. Essas hipóteses ficam para estudos futuros. Mas é certo que, na tentativa de se manter no poder, as famílias buscam eleger cada vez mais, outros familiares.

Vanuccio Medeiros Pimentel (2014) aponta que a Câmara Federal e as Assembleias Estaduais são esferas onde a ascensão dos clãs políticos se faz notável. O tamanho do clã e a quantidade de familiares que o compõe incide na capacidade que este tem de ocupar espaços públicos. Segundo o autor, os clãs políticos menores tendem a ocupar e se concentrar em esferas políticas municipais e se mantêm atuando em nível estadual, enquanto os clãs políticos maiores tendem a ascender e ocupar esferas políticas ao nível nacional, como no caso da Câmara dos Deputados.

3.2 - Capital Familiar e Experiência Prévia

A gráfico 2 apresenta a proporção de deputadas/os federais eleitos/as nas eleições de 1986 até as eleições de 2014, que já haviam exercido previamente cargos eletivos ou não eletivos antes das eleições, de acordo com a presença ou não de capital familiar. Os resultados do gráfico apontam que o capital familiar e o exercício de cargos anteriores são duas variáveis que se relacionam. Não são apenas novatos/as na carreira, que detém o capital familiar.



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da pesquisa Carreiras Políticas e Representação no Brasil.

Obs.: Capital Familiar (N) 1986 = 18; (N) 1990 = 17; (N) 1994 = 17; (N) 1998 = 12; (N) 2002 = 9; (N) 2006 = 20; (N) 2010 = 25; (N) 2014 = 32.

Experiência Prévia (N) 1986 = 369; (N) 1990 = 350; (N) 1994 = 349; (N) 1998 = 358; (N) 2002 = 305; (N) 2006 = 269; (N) 2010 = 251; (N) 2014 = 232.

Capital Familiar e Experiência Prévia (N) 1986 = 17; (N) 1990 = 68; (N) 1994 = 95; (N) 1998 = 106; (N) 2002 = 159; (N) 2006 = 199; (N) 2010 = 214; (N) 2014 = 223.

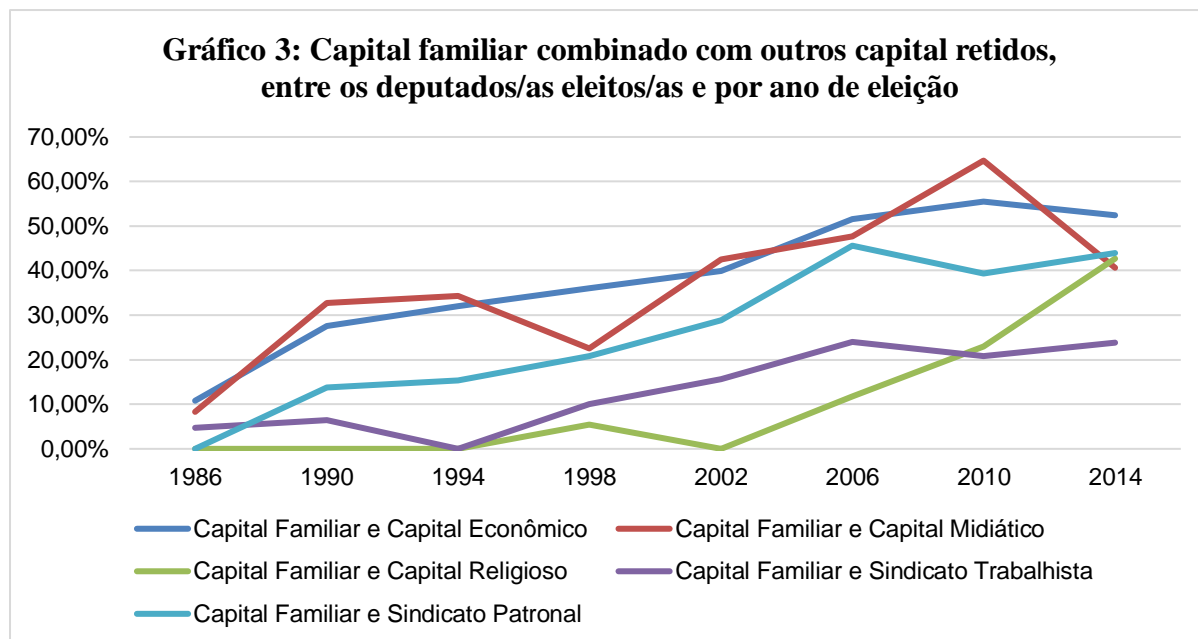
Nenhum (N) 1986 = 83; (N) 1990 = 68; (N) 1994 = 52; (N) 1998 = 37; (N) 2002 = 40; (N) 2006 = 25; (N) 2010 = 23; (N) 2014 = 26.

Através do gráfico 2, nota-se que ao longo dos anos houve um grande aumento no índice de deputados/as que obtinham familiares na política e que já obtinham experiência prévia em cargos eletivos ou não-eletivos. A Câmara dos Deputados é uma posição intermediária na carreira, então parece que só o capital familiar não é suficiente para levar novatos para ela. As carreiras começam antes e em etapas anteriores, em níveis municipais e estaduais. Mas o capital

familiar tem se tornado mais importante ao longo dos anos, mesmo para aqueles/as que apresentam capital convertido por experiência prévia, como vantagem.

O capital familiar tem maior incidência em deputados/as que apresentavam experiência prévia em cargos públicos eletivos ou não-eletivos. Entre os que não tem experiência, o capital familiar é um diferencial, mas apresenta um índice menor. Ainda que essa tendência venha diminuindo ao longo dos anos. Nas eleições de 2010 e 2014, houve um aumento no índice de eleitos/as com capital familiar, que não apresentavam experiência prévia. O capital familiar capacita e torna as legislaturas possíveis, ainda que os/as candidatos/as não obtenham capital convertido, adquirido e herdado do próprio campo, delegado por cargos públicos ou eletivos que tenham sido ocupados anteriormente a atual candidatura. E ele potencializa as candidaturas que apresentam também o capital convertido. O que mostra a influência e força do capital familiar, para a inserção de indivíduos dentro do campo político e também para a ascensão ou manutenção desses agentes no campo.

3.3 - Presença de familiares na política e outros tipos de Capital Político



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da pesquisa Carreiras Políticas e Representação no Brasil.

Obs.: Capital Familiar e Capital Econômico (N) 1986 = 10; (N) 1990 = 31; (N) 1994 = 50; (N) 1998 = 71; (N) 2002 = 111; (N) 2006 = 150; (N) 2010 = 166; (N) 2014 = 134.

Capital Familiar e Capital Religioso (N) 1986 = 0; (N) 1990 = 0; (N) 1994 = 0; (N) 1998 = 1; (N) 2002 = 0; (N) 2006 = 2; (N) 2010 = 6; (N) 2014 = 109.

Capital Familiar e Sindicato Patronal (N) 1986 = 0; (N) 1990 = 4; (N) 1994 = 4; (N) 1998 = 5; (N) 2002 = 13; (N) 2006 = 21; (N) 2010 = 22; (N) 2014 = 112.

Capital Familiar e Capital Midiático (N) 1986 = 3; (N) 1990 = 21; (N) 1994 = 23; (N) 1998 = 9; (N) 2002 = 51; (N) 2006 = 53; (N) 2010 = 44; (N) 2014 = 104.

Capital Familiar e Sindicato Trabalhista (N) 1986 = 1; (N) 1990 = 2; (N) 1994 = 0; (N) 1998 = 4; (N) 2002 = 16; (N) 2006 = 25; (N) 2010 = 19; (N) 2014 = 61.

Obs.: A base para o cálculo é o total de deputados/as eleitos/as com capital familiar em cada ano de eleição.

A presença de laços familiares na política, incide de forma diferente na carreira, quando combinada com outros tipos de capital. Parece ocorrer uma potencialização da candidatura, um acúmulo e articulação de benefícios. Entre as deputadas/os eleitas/os entre as eleições de 1986 e 2014 que detêm capital familiar, há um grau maior de capital econômico. Isso revela uma forte relação de classe - os clãs familiares, são também uma elite econômica. Entre os deputados com presença de família na política, o capital midiático é o segundo caso de maior incidência.

Entre os/as deputados/as eleitos/as que apresentaram vínculos de parentesco com agentes do campo, aqueles que previamente ocuparam posições de liderança em sindicatos de trabalhadores, apresentam menor incidência do que deputados/as eleitos/as com capital

familiar, que também ocuparam previamente posições de liderança em sindicatos patronais. Esses índices destacam uma questão de classe social e relação entre o capital e a política, entre os/as eleitos/as com capital familiar nas eleições de 1986 até 2014. Ocorre a manutenção e privilégios da elite econômica também nas posições de poder na sociedade brasileira.

O capital religioso tem se tornado mais influente no meio político, ao longo dos anos. Esse fenômeno decorre possivelmente, da expansão dos evangélicos pentecostais e neopentecostais no cenário social brasileiro e também no cenário político, como já salientado por Maria das Dores Campos Machado e Joanildo Burity (2014). O gráfico 3 aponta que entre os/as deputados/as eleitos/as com familiar na política, nas eleições de 2010 e 2014, houve um crescimento de 19,7 pontos percentuais dos casos de deputados/as que também obtinham capital religioso. Sendo assim, entre os/as deputados/as eleitos/as com capital familiar, o capital religioso tem se tornado mais incidente também.

Maria das Dores Campos Machado e Joanildo Burity (2014) ao discorrer sobre a ascensão política dos evangélicos, tanto pentecostais (AD) quanto neopentecostais (IURD) no Brasil, apontam que nas últimas décadas houve um importante crescimento da ação política direta de membros religiosos das comunidades pentecostais. Segundo os autores, as igrejas conseguem eleger representantes para as casas legislativas municipais e estaduais, assim como também para o Congresso Nacional – destaca-se aqui a Frente Parlamentar Evangélica, da Câmara Federal. Os líderes religiosos ocupam posições políticas em nível local e nacional no Brasil, crescendo em todo o campo político e se tornando cada vez mais nas esferas políticas.

Os dados apontam que o índice de deputados/as com capital religioso, portanto líderes religiosos aumentam a cada eleição. Em conjunto, o índice de deputados/as com presença de familiares na política e também com capital religioso também aumentou. É possível que indivíduos com capital religioso estejam adentrando o campo e após suas candidaturas, estejam conseguindo obter influência política, para eleger familiares ou pessoas do seu meio religioso. Essa é uma hipótese para estudos futuros.

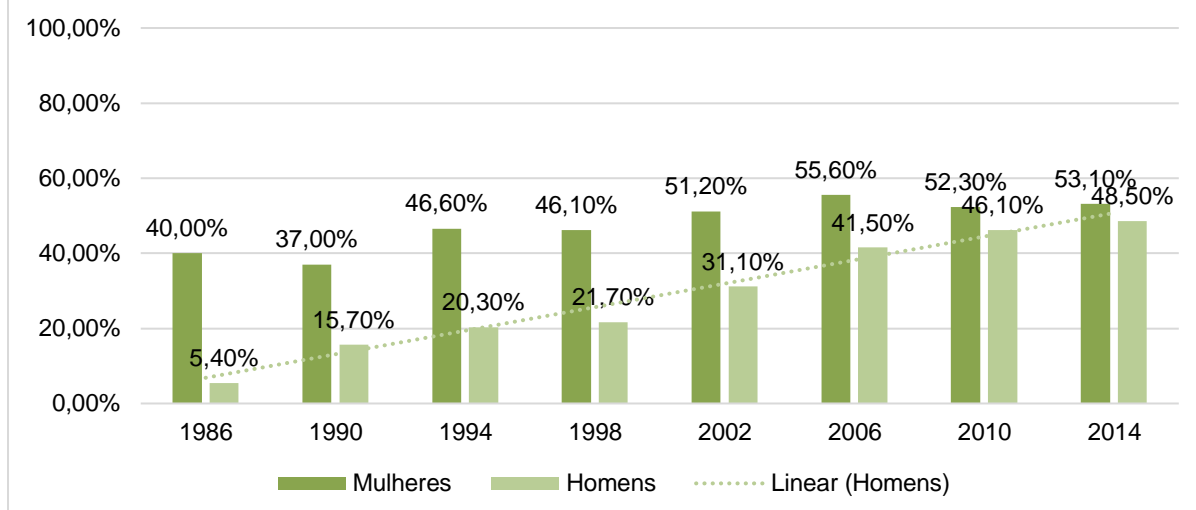
3.4 - Capital Familiar e Gênero

Ao analisar a distribuição do capital familiar, entre as deputadas/os eleitas/os nas eleições de 1986 a 2014, observa-se que as mulheres possuem mais vínculos familiares com agentes do campo do que os homens. Ainda que essa distância esteja se tornando cada vez menor. Os índices percentuais de mulheres que detêm a presença de familiares na política, não oscilaram muito e cresceram de forma lenta. Enquanto isso, o percentual de homens com presença de familiares na política, progrediu muito ao longo do tempo e vem se aproximando da porcentagem de mulheres com capital familiar incidente. Entre as eleições de 1986 e as eleições de 2014, houve um aumento de 43,1 pontos percentuais de deputados eleitos que retinham capital familiar. O que significa que, houve 898,1% de aumento para os homens, enquanto o aumento entre as mulheres foi de 132,6%.

Luis Felipe Miguel, Danusa Marques e Carlos Machado (2015), analisam o capital familiar e as carreiras políticas no Brasil nas eleições de 2002 a 2010, sob uma perspectiva de gênero, e apontam que os homens apresentam uma amplitude de alternativas maior em relação a possíveis atalhos ou fatores que os permitem chegar a posições de prestígio, de uma maneira mais rápida e direta - como conseguir ser eleito deputado federal. Enquanto isso, para as mulheres, as relações familiares aparecem como uma opção mais evidente. Esse fenômeno também ocorre em outros regimes concorrenciais, como no caso das Filipinas, como aponta Pablo Querubin (2016). Segundo Miguel, Marques e Machado (2015), há estudos sobre trajetórias políticas de mulheres no Brasil apontando que o capital familiar seria um dos principais fatores de acesso para as mulheres em cargos políticos. Os estudos reconhecem o valor do capital familiar para os homens, mas ele sempre aparece com um recurso no meio de um leque extenso. Sendo assim, a literatura aponta que o capital familiar no meio político teria uma relevância maior para as mulheres.

Alguns aspectos tendem a favorecer mais as candidaturas dos homens do que a das mulheres, como: a participação no partido, mandatos eletivos cumpridos anteriormente, visibilidade social, ocupação em posição de liderança em cargos públicos, atuação em sindicatos ou organizações sociais. Os homens tendem a atuar nesses espaços, mais do que as mulheres e assim, suas candidaturas se tornam mais valorizadas e reconhecidas como competitivas. Sendo assim, o capital familiar tende a ser mais um diferencial que valoriza as candidaturas e, no caso das mulheres, permite que suas carreiras sejam alavancadas e consideradas mais competitivas (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015).

Gráfico 4: Presença de família entre os deputados/as eleitos/as, por sexo e ano de eleição



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da pesquisa Carreiras Políticas e Representação no Brasil.

Obs.: Mulheres (N) 1986 = 10; (N) 1990 = 10; (N) 1994 = 14; (N) 1998 = 12; (N) 2002 = 21; (N) 2006 = 25; (N) 2010 = 24; (N) 2014 = 136.

Homens (N) 1986 = 25; (N) 1990 = 75; (N) 1994 = 16; (N) 1998 = 106; (N) 2002 = 147; (N) 2006 = 194; (N) 2010 = 215; (N) 2014 = 124.

Obs.: A base para o cálculo é o total de deputados/as eleitos/as de cada sexo em cada ano de eleição.

No artigo de Miguel, Marques e Machado (2015), é feita a análise da distribuição do capital familiar, por sexo dos/as deputados/as federais, eleitos/as no Brasil em 2002, 2006 e 2010. Os autores/as, também destacam que nesse período, houve uma leve oscilação entre os índices de deputadas com presença de parentes no campo político, enquanto no caso dos deputados eleitos houve aumento no índice de perfis com presença de familiares na política. Os dados do gráfico 4, demonstram que em 2014 essa tendência foi mantida e que houve aumento no índice de deputados com presença de capital familiar, em comparação com os índices de 2002, 2006 e 2010, apresentados por Miguel, Marques e Machado (2015) e em comparação com os índices das eleições de 1986 a 1998, também apresentados no gráfico 4.

O capital familiar tem se mostrado muito relevante também para as candidaturas dos homens, ao longo dos anos. Apesar da diferença entre homens e mulheres, os homens também apresentam um alto índice de parentesco com agentes do campo, o que mostra a importância do capital familiar para eles. E mesmo que o ideal fosse a inserção das mulheres por outros meios, como outras formas de capital ou suas habilidades, suas histórias, perfis ou perspectivas, o capital familiar ainda é um fator importante para alavancar a carreira das mulheres e, ao menos, auxilia que mesmo em meio a tantas barreiras, essas cheguem às escalas de poder.

3.5 - Capital Familiar e Distribuição Regional

Tabela 1
Variação de deputadas/os federais que possuem capital familiar, entre as regiões do Brasil

Região	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	Média
Sul	1,3% (1)	7,8% (6)	15,6% (12)	19,5% (15)	27,3% (21)	29,9% (23)	36,4% (28)	27,2% (21)	20,6%
Sudeste	4,1% (7)	13,6% (23)	16,2% (29)	18,4% (33)	26,3% (47)	39,1% (70)	39,7% (71)	47,9% (85)	25,6%
Centro-Oeste	12,2% (5)	17,0% (7)	21,9% (9)	26,8% (11)	34,1% (14)	39,0% (16)	48,8% (20)	33,6% (14)	29,1%
Nordeste	13,9% (21)	27,1% (41)	31,1% (47)	29,8% (45)	45,7% (69)	53,6% (81)	60,3% (91)	71,2% (108)	41,6%
Norte	2,0% (1)	12,3% (8)	23,0% (15)	21,5% (14)	26,2% (17)	44,6% (29)	44,6% (29)	50,2% (34)	28,0%

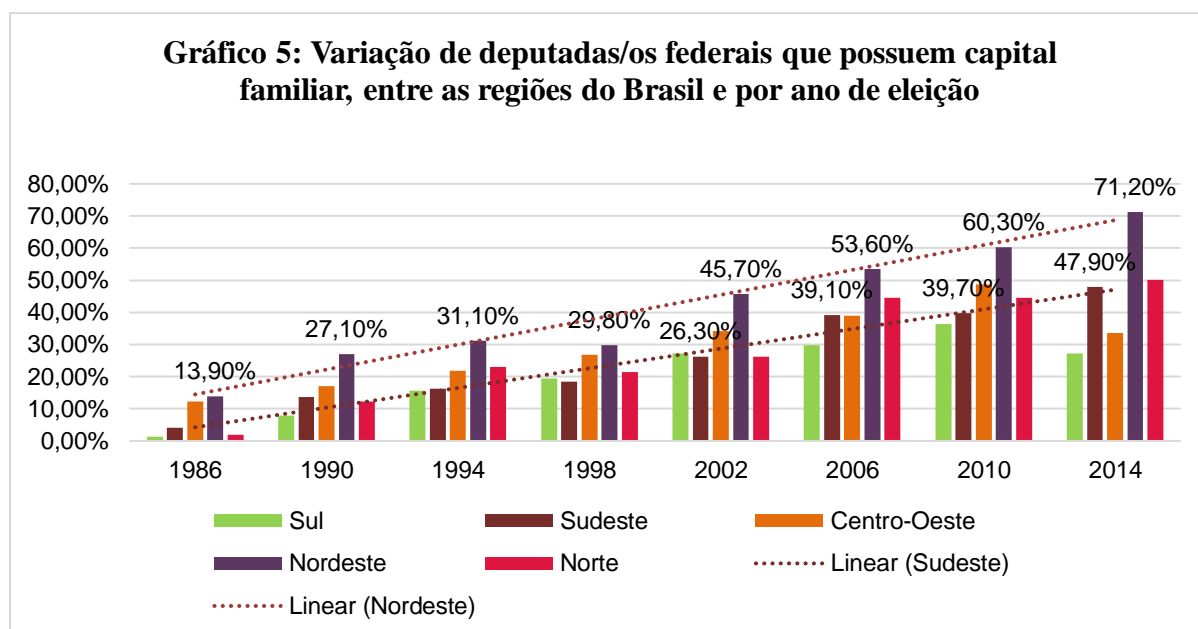
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da pesquisa Carreiras Políticas e Representação no Brasil.

Obs.: A base para o cálculo é o total de deputados/as eleitos/as de cada região em cada ano de eleição. E os números abaixo das porcentagens, representam o número de cadeiras ocupadas por deputados/as eleitos/as com capital familiar, por região.

A tabela 1, apresenta os dados referentes ao capital familiar das/os deputadas/os eleitas/os entre 1986 e 2014, por região do Brasil. O Nordeste, o Centro-Oeste e o Norte são as regiões economicamente mais desiguais e politicamente periféricas e também são as que apresentam os maiores índices de capital familiar por parte dos deputados/as eleitos/as entre 1986 e 2014. Os dados revelam o Nordeste como principal região com presença de capital familiar, em todas as eleições consideradas para análise. A média percentual de deputados/as eleitos/as pelo Nordeste entre 1986 e 2014 é de 41,6%, estando muito acima das médias percentuais das outras regiões. Entre as eleições de 1986 e as eleições de 2014, houve um aumento de 57,3 pontos percentuais, no índice de deputados/as eleitos pelo Nordeste, que retinham o capital familiar. Em 2014, 108 deputados/as eleitos/as pelo Nordeste apresentavam capital familiar, o que representa 21% do número total de representantes eleitos/as, para a Câmara dos Deputados do Brasil.

Uma forte mudança ocorreu no Sudeste entre os anos de 2002 e 2014. Podemos observar, na tabela 1, que dentro desse período ocorreu ali um aumento de 21,6 pontos percentuais no índice de deputadas/os federais eleitos/as possuindo capital familiar. Nessa

região estão os maiores estados, com maior número de cadeiras dentro da Câmara dos Deputados. Das 513 cadeiras da Câmara dos Deputados, 179 são destinadas à representantes da região Sudeste.



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da pesquisa Carreiras Políticas e Representação no Brasil.
Obs.: A base para o cálculo é o total de deputados/as eleitos/as de cada região em cada ano de eleição.

A segunda região com maior presença proporcional desse capital é o Centro-Oeste, seguida do Norte. Mas, ainda assim, a diferença entre elas é pequena quando consideramos a incidência de deputados/as eleitos/as com presença de família política eleitos/as pelo Nordeste. O Nordeste é uma região que apresenta um padrão tradicional de política. Muitos clãs políticos e dinastias parentais advindos dessa região, estão presentes em esferas de poder locais e nacionais -assim como também ocorre em outras regiões com clãs importantes e incidentes. A presença das famílias se instaura desde os municípios e em cargos administrativos locais, conseguindo se alastrar até a Câmara dos Deputados.

Vanuccio Medeiros Pimentel (2014), ao discorrer sobre a primazia dos clãs e as famílias na política nordestina, aponta que os clãs familiares são organizações informais que se orientam para ação política, se concentrando inicialmente nos menores municípios, os quais obtêm espaços maiores para atuação e disponibilidade de recursos que possam gerar apoio político, por meio de dinâmicas clientelistas. Sendo assim, para compreender como o capital familiar se manifesta regionalmente entre os/as deputados/as eleitos/as, torna-se necessário compreender

que a práticas políticas no Brasil resultam de políticas e dinâmicas locais, para além das nacionais. Os índices de deputados/as eleitos/as pelo Nordeste, Centro-Oeste e Norte com familiares na política revelam a força dos clãs familiares e das dinastias dessas regiões, considerando as relações de poder local e municipal.

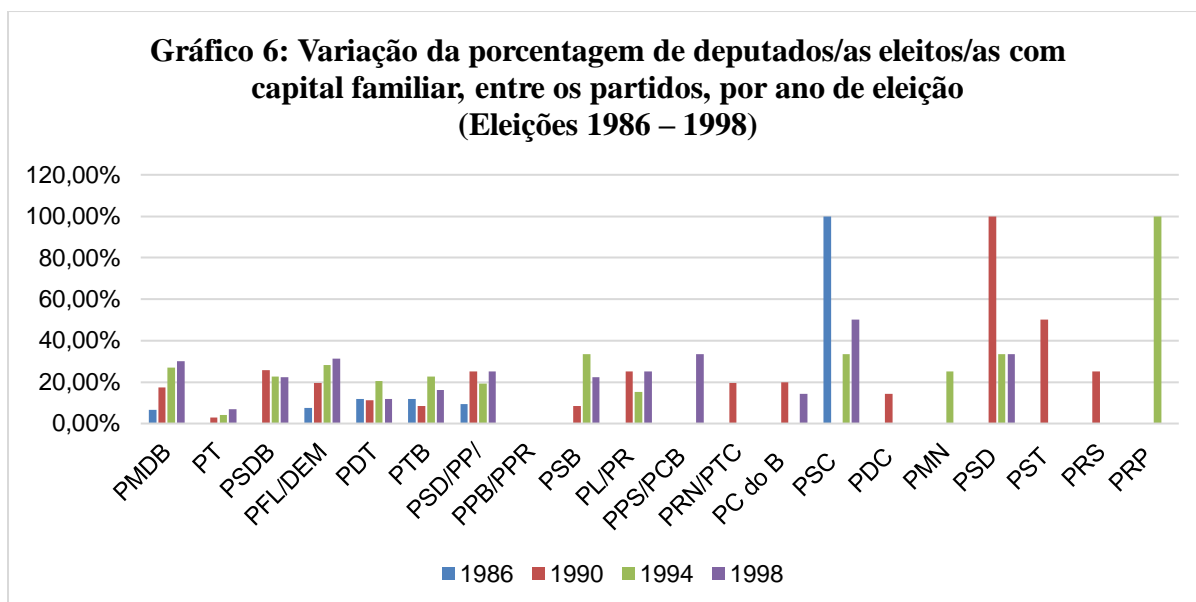
Os clãs familiares se alastram hoje no Brasil, até o nível presidencial. O atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, faz parte de um clã familiar e nitidamente pretende consolidar uma dinastia no poder. Carlos Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro e Flávio Bolsonaro, os três filhos do presidente, estão inseridos em diferentes instâncias de poder das instituições brasileiras. Carlos Bolsonaro é vereador na cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Bolsonaro é deputado federal por São Paulo e presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, e Flávio Bolsonaro é senador pelo Rio de Janeiro. O próprio atual vice-presidente do Brasil, Hamilton Mourão, aponta que a política brasileira sempre foi constituída por clãs familiares influentes, mas que nenhum se espalhou pelos escalões mais altos do poder, simultaneamente e de uma forma tão rápida, como os Bolsonaros (HARRIS, Bryan; SCHIPANI, Andres; UNZELTE, Carolina [2019]). Os filhos são representantes do clã do qual Jair Bolsonaro se apresenta como patriarca. Através deles, Jair Bolsonaro consegue garantir que seus ideais conservadores e estratégias políticas, sejam implementados em diferentes esferas de poder. Ele se fortalece com seus laços familiares e fortalece essa dinastia, cada vez mais no poder.

3.6 - Capital Familiar e Distribuição Partidária

O capital familiar tende a estar presente e ser mais recorrente, entre candidaturas de direita, segundo a literatura especializada. Enquanto isso, as candidaturas de esquerda estariam vinculadas à perfis e trajetórias com um caráter diferente, majoritariamente através da mobilização de capitais de associativismo trabalhista, ou por vínculos com áreas de mobilização social (MARQUES, 2013). Os dados do Gráfico 1 apontam que houve um aumento, ao longo dos anos, da porcentagem de deputados/as eleitos/as para a Câmara dos Deputados que detinham a presença de familiares na política. Mas esse crescimento não ocorreu de forma homogênea em toda a Câmara dos Deputados e não foi um fenômeno único de grandes partidos, como podemos notar nos Gráficos 6 e 6.1. Houve diversas e alternadas mudanças na presença do capital familiar, na distribuição partidária. E ao longo dos anos, ele se tornou mais influente também para todos os partidos, além da direita.

Os dados do Gráfico 6 apontam que em 1986 o capital familiar se concentrava principalmente entre os eleitos/as do PMDB e PFL/DEM. Das eleições de 1986 às eleições de 1990, há um aumento significativo da porcentagem de deputados/as eleitos/as com capital familiar, entre os partidos. Em 1990 o PMDB ainda domina a posição de partido com maior número de eleitos/as com capital familiar, na Câmara dos Deputados -apesar de ser também o partido com a maior quantidade de eleitos/as da casa. Em 1990, o número de partidos que elegeram indivíduos que obtinham capital familiar aumenta e para além do PMDB, alguns apresentaram uma quantidade significativa de eleitos/as com capital familiar, como é novamente o caso do PFL/DEM e o caso do PSD/PP/PPB/PPR, PSDB E PRN/PTC.

Entre as eleições 1990 e 1994, novamente há um forte aumento na porcentagem de deputados/as eleitos/as com capital familiar, no PMDB e no PFL/DEM. O Gráfico 6 aponta que também houve um aumento na quantidade de eleitos/as com capital familiar pelos partidos PSD/PP/PPB/PPR, PTB e PSB. Das eleições de 1994 às de 1998, não há um aumento significativo na porcentagem de deputados/as eleitos/as com capital familiar, entre os partidos, mas nota-se um aumento no número de deputados/as eleitos/as com capital familiar pelos partidos PSDB e PFL/DEM.



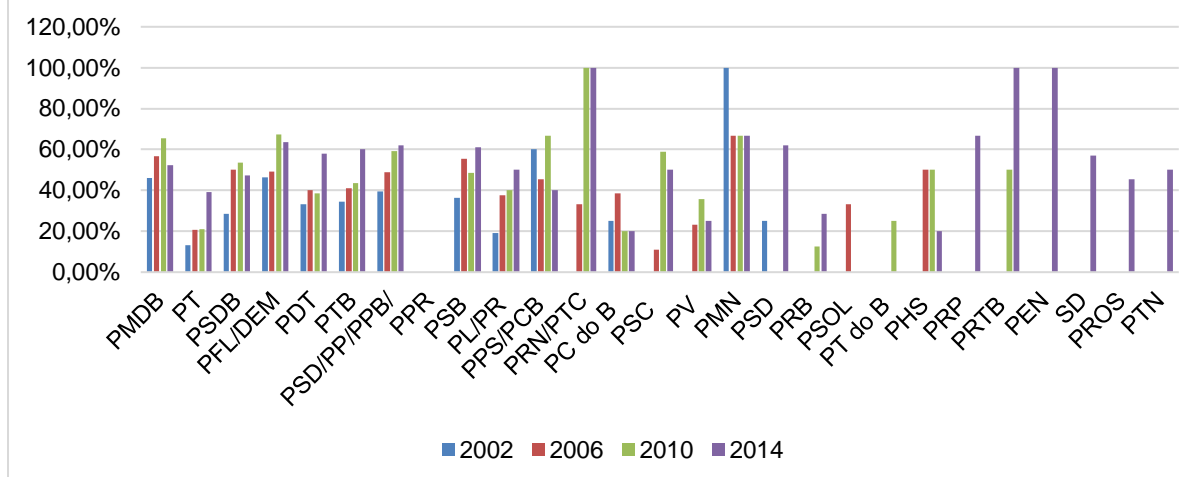
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da pesquisa Carreiras Políticas e Representação no Brasil.

Obs.: (N) 1986 = 35; (N) 1990 = 86; (N) 1994 = 112; (N) 1998 = 118.

Obs.: A base para o cálculo é o total de deputados/as eleitos/as por cada partido, em cada ano de eleição.

Luis Felipe Miguel, Danusa Marques e Carlos Machado (2015), apontam que entre as eleições de 2002 e 2010, houve um crescimento semelhante da presença do capital familiar, entre a maioria dos partidos. Em 2002, entre os/as deputados/as eleitos/as pelo PSDB, 28,57% obtinham capital familiar. Esse valor cresce para 50% em 2006 e em 2010, atinge 53,70%. O Partido dos Trabalhadores e a maioria dos partidos de esquerda não apresentaram essa mesma tendência de aumento da presença de capital familiar – ainda que esses partidos sejam menores e elejam uma quantidade inferior de deputados/as. Nas eleições de 2002 a 2010, o PT apresentou um aumento no índice de deputados/as eleitos/as pelo partido com capital familiar. Mas, ainda assim, podemos notar no Gráfico 6.1 que o PT apresentou percentuais muito inferiores em relação aos maiores partidos, como já haviam salientado Luis Felipe Miguel, Danusa Marques e Carlos Machado (2015).

Gráfico 6.1: Variação da porcentagem de deputados/as eleitos/as com capital familiar, entre os partidos, por ano de eleição (Eleições 2002 – 2014)



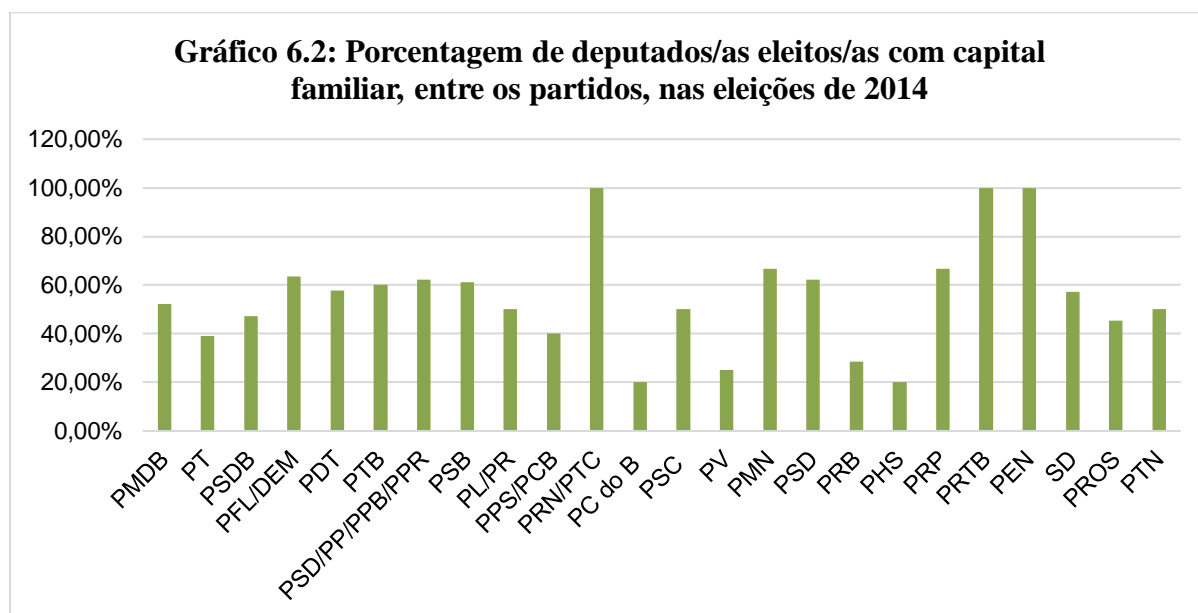
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da pesquisa Carreiras Políticas e Representação no Brasil.

Obs.: (N) 2002 = 168; (N) 2006 = 219; (N) 2010 = 239; (N) 2014 = 255.

Obs.: A base para o cálculo é o total de deputados/as eleitos/as por cada partido, em cada ano de eleição.

Através do Gráfico 6.1, observa-se que em 2014 há uma pequena redução da porcentagem de deputados/as eleitos/as pelo PSDB com capital familiar. Há também uma redução relevante na quantidade de eleitos/as com capital familiar, pelos partidos PMDB e PFL/DEM. Enquanto que essa porcentagem aumenta de uma forma relevante para PSD e PT. A quantidade de eleitos/as pelo PT foi menor, mas entre eles/elas houve uma maior incidência de eleitos/as com capital familiar. Em 2014, entre todos os partidos políticos o PT foi o segundo partido com maior quantidade de eleitos/as com capital familiar, superando inclusive o PSDB. O que demonstra uma mudança nos perfis e trajetórias dos/as políticos/as valorizados/as e eleitos/as pelo PT.

De forma geral, em 2014 houve uma distribuição da presença do capital familiar entre os partidos políticos. Houve uma maior incidência de eleitos/as com presença de familiares na política e essa tendência se alastrou para partidos de todos os tamanhos e ideologias, incluindo novos partidos, como podemos observar no Gráfico 6.2. Partidos de esquerda e partidos pequenos também começaram a apresentar índices maiores de deputados/as eleitos/as com capital familiar. A importância do capital familiar cresce e os clãs familiares deixam de ser uma prática comum à direita e passam a ser uma tendência para diferentes partidos e para o campo político.



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da pesquisa Carreiras Políticas e Representação no Brasil.

Obs.: (N) 2014 = 255.

Obs.: A base para o cálculo é o total de deputados/as eleitos/as por cada partido, nas eleições de 2014, em cada ano de eleição.

Conclusões

Considerando a análise dos dados apresentados no último capítulo, torna-se possível discutir as hipóteses levantadas no início desse trabalho, assim como hipóteses também já levantadas anteriormente por outros autores, quanto à incidência e influência da presença de familiares na política, nas trajetórias e carreiras políticas de representantes eleitos em democracias concorrências.

Os dados apontam que a proporção de deputados/as eleitos/as com capital familiar, para a Câmara dos Deputados entre 1986 e 2014, aumentou muito ao longo dos anos. Nas eleições de 2014, 49,7% dos/das deputados/as eleitos/as apresentavam familiares na política. Esse número representa quase a metade dos/das 513 deputados/as eleitos/as. Essas porcentagens apontam que o capital familiar tem se tornado cada vez mais influente para a entrada e permanência de um indivíduo no campo político brasileiro. Os dados levantam a hipótese de que famílias tendem a se manter no poder ao longo dos anos, se instituindo cada vez mais ao tentar eleger novos/as integrantes ou que mesmo representantes sem vínculos familiares, após entrarem no campo, tentam inserir seus familiares no meio político. Esse estudo aponta para uma agenda e apenas novas pesquisas, poderão responder essas hipóteses.

O Brasil sempre contou com a presença de dinastias familiares no poder, mas os dados refletem o fenômeno de manutenção dessas dinastias familiares dentro da esfera política. Como Ernesto Dal Bó, Pedro Dal Bó e Jason Snyder (2009) já haviam apontado, a presença das dinastias políticas denuncia distribuições desiguais do poder político e são reflexo de imperfeições nas democracias representativas. Como os políticos dinásticos herdam capital político, na maioria dos casos o capital familiar não aparece de forma isolada e se articula com outras formas de capital e há um acúmulo de capitais retidos que incide e valoriza essas candidaturas.

Considerando essa articulação do capital familiar com outras formas de capital, mapeou-se aspectos como: experiência prévia em cargos eletivos ou não-eletivos, a retenção de capital econômico, capital midiático, capital religioso, atuação de liderança em sindicatos de trabalhadores e em sindicatos patronais, sexo do candidato, partido e região. Esses dados permitiram analisar como o capital familiar incide sobre os diferentes perfis de candidatura, de forma isolada ou combinando-se com esses outros fatores.

A relação do capital familiar com capital convertido foi analisada de acordo com a presença de familiares na política entre os/as deputados/as que obtinham experiência prévia em cargos eletivos ou não-eletivos. Os dados revelam que entre as eleições de 1986 e 2014, houve o aumento significativo, no índice de deputadas/os federais eleitos/as com familiares na política que também obtinham experiência prévia em cargos eletivos ou não-eletivos. Esses indicadores revelam que o capital familiar tem se tornado relevante até para aqueles/as que apresentam capital convertido como vantagem. Sendo assim, esses dados sugerem que independente de obter experiência prévia no campo político, a presença de familiares na política, auxilia na valorização de candidaturas. Todos esses fatores e índices revelam, então, a força do capital familiar para a inserção dos agentes no campo político.

A análise da combinação do capital familiar com outros tipos de capital dos deputados/as eleitos/as entre 1986 e 2014 revelou que entre os indivíduos que possuem laços de parentesco no campo político há um grau maior de capital econômico entre os que têm capital familiar. O capital midiático é o segundo de maior incidência entre os/as deputados/as eleitos/as com capital familiar. Os índices revelam também que deputados/as que ocuparam previamente posições de liderança em sindicatos patronais, apresentaram maior índice de vínculos de parentesco com agentes do campo do que deputados/as que ocuparam posições de liderança em sindicatos de trabalhadores. Estes além de empresários/as com capital familiar, também são associados/as. Esses dados revelam que há um recorte de classe importante, distintivo e presente entre os capitais mobilizados que se articulam com a presença de parentesco na política.

Os índices mostram que houve um aumento grande nos casos de deputados/as eleitos/as com família na política que também obtinham capital religioso. A hipótese levantada nesse estudo, é a de que líderes religiosos estejam entrando no campo e após suas candidaturas, estejam conseguindo obter influência política, para eleger familiares ou pessoas do seu meio religioso.

A presença de laços familiares na política tem diferentes resultados e incidências, de acordo com o perfil social do candidato e principalmente quando combinada com outros tipos de capital. Essas combinações geram acúmulos de benefícios e potencializam as candidaturas. Na maioria dos casos, laços familiares na política se mostram combinados a outros capitais. Sendo assim, os/as deputados/as eleitos/as além de obter capital familiar, tendem a acumular outras formas de capitais e benefícios, juntamente com benefícios materiais.

Ao analisar a distribuição do capital familiar, por sexo, entre as deputadas/os eleitas/os nas eleições de 1986 a 2014, é possível notar que em todas as eleições as mulheres apresentam

maior índice percentual de vínculos familiares com agentes do campo do que os homens. Em média 47,7% das mulheres eleitas durante esses anos obtinham o capital familiar como fator incidente na construção de suas trajetórias políticas. Mas o percentual de homens com presença de familiares na política cresceu muitíssimo ao longo dos anos e está se aproximando da porcentagem de mulheres com incidência de capital familiar. Há uma hipótese na ciência política brasileira que aponta o capital familiar com maior relevância, como uma opção mais evidente, para alavancar a carreira política das mulheres. Muitos estudos, como o de Pablo Querubin (2016) e o de Luis Felipe Miguel, Danusa Marques e Carlos Machado (2015), apontam que a presença de família na política se apresenta como um dos principais meios de valorização das candidaturas das mulheres, enquanto para os homens geralmente é apenas mais um recurso dentro do extenso leque de oportunidades e capitais retidos que se apresentam ao longo de suas trajetórias. E essa é uma realidade política de muitas democracias concorrenciais, além da também sub-representação das mulheres e de outros grupos subalternos no campo político.

Ainda que o capital familiar seja um fator importante para alavancar a carreira política das deputadas e para auxiliá-las em meio às barreiras do meio político, o aumento nos índices de deputados eleitos com presença de familiares na política revela que o parentesco com agentes do campo é relevante para as mulheres, mas que também é crescentemente importante entre os homens. O capital familiar tende a ser um capital que atualmente incide e potencializa a candidatura de ambos os sexos. Mas, ainda assim, a presença de familiares na política incide de formas diferentes entre homens e mulheres, não apenas em suas trajetórias e candidaturas, mas possivelmente até na atuação dentro do campo político, como aponta Pablo Querubin (2016). A forma com que candidatas eleitas com familiares na política atuam dentro do campo político é algo que precisa ser analisado com maior precisão no caso brasileiro.

A análise do capital familiar quanto à sua distribuição regional aponta que o Nordeste, o Centro-Oeste e o Norte são as regiões que apresentam os maiores índices percentuais de capital familiar. Em todas as eleições analisadas, o Nordeste obteve o maior índice de capital familiar retido entre os/as eleitos/as. Além disso, houve um aumento progressivo e rápido desse índice ao longo dos anos no Nordeste. Este obteve então, a maior média percentual entre as regiões. O Nordeste é uma região que concentra muitos clãs políticos em níveis locais e nacionais, como nos indicam os estudos de Vanuccio Medeiros Pimentel (2014). Os clãs tendem a surgir nos municípios e se alastram até as maiores escalas de poder, como no caso da Câmara dos Deputados. Entre os anos 2002 e 2004, os dados apontam também um grande

aumento de cadeiras ocupadas por deputados/as que obtinham capital familiar eleitos/as pela região Sudeste.

Entre as eleições de 1986 e 2014, o aumento da presença do capital familiar se distribuiu entre os partidos políticos que compuseram a Câmara dos Deputados. Os dados apontam que o capital familiar deixa de ser uma característica concentrada nos eleitos/as dos grandes partidos de direita – como a literatura havia salientado – e passa a estar presente também em trajetórias e perfis dos eleitos/as de partidos da esquerda. A importância do capital familiar se alastrou para partidos de diferentes tamanhos e ideologias, tornando-se uma tendência importante para o campo político.

Nesse sentido, conclui-se que os resultados obtidos nesse estudo sobre a presença da família na política para os/as deputados/as eleitos/as, entre 1986 e 2014, contribuem com a perspectiva de que o Brasil é uma república de clãs e dinastias familiares. Para além do espaço da Câmara dos Deputados, elas se fazem presentes nos diversos níveis, escalas e arenas de poder. Estão nas assembleias, em instituições municipais, estaduais e até nacionais. O Estado é tomado pela presença dinástica e principalmente hoje, onde até o presidente da república, Jair Bolsonaro, dirige um clã político familiar -mais um fator, entre tantos, da desdemocratização em curso. Os dados apontam que essas famílias dominam um espaço relevante no campo político brasileiro, os meios midiáticos, parte da economia, de sindicatos patronais, meios religiosos, elas são grande parte da elite política e também econômica. E sua manutenção e oligarquização no espaço da Câmara dos Deputados, ameaçam a qualidade e os princípios básicos da democracia, de igualdade de acesso e atuação política. Elas restringem, limitam e reduzem as possibilidades de candidatura e concorrência, afunilando os perfis que serão considerados competitivos e restringindo a arena política a perfis que já são socialmente privilegiados e dominantes, auxiliando assim, na manutenção da sub-representação de minorias, de diferentes perspectivas e perfis, no campo político.

Referências Bibliográficas

- BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. Two Faces of Power. *American Political Science Review*, Volume 56, Issue 4, 1962.
- BALLESTRIN, Luciana. O Debate Pós-democrático no Século XXI. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 4, n. 2, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRAGANÇA, Arthur; FERRAZ, Claudio; RIOS, Juan. Political Dynasties and the Quality of Government. 2015.
- CAMPOS, Luiz Augusto & Carlos Machado. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 16, 2015.
- DAL BÓ, Ernesto; DAL BÓ, Pedro; SNYDER, Jason. Political Dynasties. *The Review of Economic Studies*, n. 76, 2009.
- DAHL, Robert A. Um prefácio à Democracia Econômica. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro. *s/d*.
- FOX, Richard L.; LAWLESS, Jennifer L. Entrando na Arena?: gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 8, 2012.
- GAXIE, Daniel. As lógicas do recrutamento político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 8, 2012.
- GEYS, Benny. Political Dynasties, Electoral Institutions and Politicians Human Capital. *The Economic Journal*, n. 127, 2017.
- HARRIS, Bryan; SCHIPANI, Andres; UNZELTE, Carolina [2019]. Bolsonaro busca consolidar dinastia no poder, afirma jornal britânico. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/05/bolsonaro-busca-consolidar-dinastia-no-poder-afirma-jornal-britanico.shtml>>. Acesso em: 22/06/2019.
- LABONNE, Julien, PARSA, Sahar, QUERUBIN, Pablo. Political Dynasties, Term Limits and Female Political Empowerment: Evidence from the Philippines. 2017.
- LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 2, 1986.
- LOVENDUSKI, Joni. Representación política: dinámica de género y partidos. *Mujeres en política*. Barcelona: Editorial Ariel. 1997.

MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. A Ascensão Política dos Pentecostais no Brasil na Avaliação de Líderes Religiosos. *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 57, n. 3, 2014.

MANIN, Bernard. O princípio da distinção. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, 2010.

MANSBRIDGE, Jane. Should Blacks Represent Blacks and Women Represent Women? A Contingent "Yes". *The Journal of Politics*, vol. 61, n. 3, 1999.

MARQUES, D.; MACHADO, C.; MIGUEL, L. F. Capital familiar e Carreira Política no Brasil: o caso da Câmara dos Deputados. 8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2012.

MARQUES, Danusa. Determinantes de carreiras políticas no Brasil, na Argentina e no Uruguai: uma abordagem comparativa entre deputadas e deputados. 7º Congresso Latino-Americano de Ciência Política – ALACIP, 2013.

MARQUES, Danusa; MESQUITA, M. Como representantes representam? Apontamentos sobre representação política substantiva a partir do caso da CLDF. 2016.

MATOS, Marlise. Paradoxos da incompletude da cidadania política das mulheres novos horizontes para 2010. Portal Opinião Pública UFMG. *s/d*.

MATLAND, Richard E. Enhancing Women's Political Participation: Legislative Recruitment and Electoral Systems. *Women in Parliament: Beyond Numbers*. Chapter 3, 2005.

MICHELS, Robert. Sociologia dos partidos políticos. Brasília: Editora UnB, 1982.

MIGUEL, Luis Felipe. Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política. *Revista de Sociologia e Política*, nº 25, 2005.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. Democracia e Representação: territórios em disputa. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe [2015]. Sistema Eleitoral, Representação e Reforma Política. Disponível em: <<http://grupo-demode.tumblr.com/post/117680664862/sistema-eleitoral-representa%C3%A7%C3%A3o-e-reforma>>. Acesso em: 22/02/2019.

MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. *Revista Dados*, v. 58, 2015.

MIGUEL, Luis Felipe. Consenso e Conflito na Democracia Contemporânea. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

- MILLS, C. Wright. A elite do poder. Tradução de Waltensir Dutra. Zahar Editores, Rio de Janeiro. *s/d*.
- MOSCA, Gaetano. La Classe Politica [first published as Elementi di Scienza Politica]. Laterza Editori. 1966 [1896].
- NICOLAU, Jairo. O sistema eleitoral brasileiro. Sistema Político Brasileiro: uma introdução. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- NOBRE, Marcos [2018]. A revolta conservadora: Bolsonaro será o líder de um governo antiestablishment. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-revolta-conservadora/>>. Acesso em: 25/05/2019.
- NORRIS, Pippa. Procesos de reclutamiento legislativo: una perspectiva comparada”. Mujeres en política. Barcelona: Editorial Ariel, 1997.
- OFFE, Claus; WIESENTHAL, Helmut. As duas lógicas da ação coletiva, em Claus Offe: Problemas estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- PHILLIPS, Anne. The Politics of Presence. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- PITKIN, Hanna Fenichel. The concept of representation. Berkeley: University of California Press, 1967.
- PIMENTEL, Vanuccio Medeiros. A Primazia dos Clãs: A Família na Política Nordestina. Universidade de Pernambuco. Recife, 2014.
- QUERUBIN, Pablo. Family and Politics: Dynastic Persistence in the Philippines. Quarterly Journal of Political Science, n. 11, 2016.
- ROHDE, David W. Propensão ao risco e ambição progressiva: o caso dos deputados federais nos Estados Unidos. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 8, 2012.
- WOOD, Ellen Meikisins. Democracy against Capitalism: Renewing Historical Materialism. Cambridge University Press, 1995.
- YOUNG, Iris Marion. Inclusion and democracy. Oxford: Oxford University Press, 2000.